



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

RITA DE CASSIA DE JESUS OLIVEIRA

O PAPEL DA BRANQUITUDE NA HIERARQUIZAÇÃO DAS RAÇAS:
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE ESCALA

São Cristóvão - Sergipe

2023

RITA DE CASSIA DE JESUS OLIVEIRA

**O PAPEL DA BRANQUITUDE NA HIERARQUIZAÇÃO DAS RAÇAS:
CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DE ESCALA**

Dissertação Apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia do Centro de Ciências de Educação e
Ciências Humanas da Universidade Federal de Sergipe
como requisito para obtenção do grau de Mestre em
Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima

Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a Kaline da Silva Lima

São Cristóvão – Sergipe

2023

FICHA CATALOGRÁFICA

O48p Oliveira, Rita de Cassia de Jesus
O papel da branquitude na hierarquização das raças : construção e validação de escala / Rita de Cassia de Jesus Oliveira ; orientador Marcus Eugênio Oliveira Lima. – São Cristóvão, SE, 2023.
101 f. : il.

Dissertação (mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.

1. Psicologia. 2. Brancos. 3. Privilégio (Psicologia social). 4. Preconceitos. 5. Racismo. I. Lima, Marcus Eugênio Oliveira, orient. II. Título.

CDU 159.922.4(=011):141.74

COMISSÃO JULGADORA

Dissertação da discente Rita de Cassia de Jesus Oliveira, intitulada: **O papel da branquitude na hierarquização das raças: construção e validação de escala**, defendida e aprovada em 24 de agosto de 2023, pela banca examinadora constituída pelos professores doutores:

Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima
(orientador)

Prof^a. Dra. Kaline da Silva Lima
(co-orientadora)

Prof^a. Dra. Dalila Xavier de França (Membro Interno)

Dr. Felipe Nogueira de Carvalho (Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima, que tornou possível a realização deste trabalho.

À coorientadora Prof^a. Dra. Kaline, por transmitir seus conhecimentos de forma tão acolhedora, suas orientações foram imprescindíveis para a construção deste trabalho.

À Prof^a. Dra. Dalila, por ter aceitado avaliar este trabalho e por todo conhecimento compartilhado durante o mestrado.

Ao Dr. Felipe, por aceitar avaliar este trabalho por suas sugestões que mostraram outras direções possíveis.

Aos integrantes do Projeto Observatório Permanente dos Preconceitos em Escolas de Sergipe (OPPES). Pelo compartilhamento de novos conhecimentos que foram primordiais na minha formação.

Ao grupo de pesquisa NSEPR por todas as considerações e colaborações que contribuíram para o aprimoramento deste trabalho.

À minha amiga Amanda, por mim incentivar a seguir vida acadêmica que você siga inspirando outras pessoas com todo seu profissionalismo e gentileza.

Aos colegas que foram fonte de conhecimento, inspiração, e conforto neste percurso curto, porém intenso em especial a Kathllen Kendra, Izabela Ferreira, Rosely Anacleto e Ana Beatriz.

À Fapitec e a CAPES, pelo auxílio financeiro.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para esta construção.

A tradição da brancura que ainda sobrevive, entre nós, terá de ser ultrapassada por outra tradição, tradição que estamos assistindo nascer e que representa novas condições objetivas da vida brasileira.

(Gurzeiros Ramos, 1957)

RESUMO

A branquitude pode ser definida como traços da identidade branca construídos por meio do compartilhamento de uma cultura permeada pelas ideologias da supremacia branca. A partir dessas ideologias, o grupo branco criou e mantém atitudes que garantem poder simbólico e material, que são nomeados na literatura sobre a temática de privilégio branco caracterizado pela apropriação de recursos indevidos gerando a desigualdade racial. Para manter esse quadro, a branquitude dispõe de estratégias, tais como: a invisibilidade branca, que é a não percepção dos brancos como tendo uma raça, assim, o branco é norma e quem tem raça são os outros; o grupo branco não reflete sobre sua participação dentro das desigualdades raciais, atribuindo essa problemática a outros fatores, como a escravidão no Brasil, dentro desse contexto a miscigenação é sempre evocada como mecanismo de afirmação dessa suposta neutralidade. Diante disso, esta dissertação ficou estruturada em três capítulos. No primeiro capítulo são abordados os aspectos conceituais em relação à branquitude: privilégio branco, ignorância branca e fragilidade branca; e o percurso histórico dos estudos sobre branquitude. O segundo capítulo apresenta uma revisão integrativa de estudos sobre branquitude no Brasil. Nesse sentido, foi realizada uma busca nas bases de dados Psycinfo, BVS Psi, SciELO e periódicos CAPES, utilizando o termo “branquitude” como palavra-chave. A busca inicial resultou na identificação de 200 publicações, após aplicação dos filtros, o número diminuiu para 12 trabalhos. Os resultados indicam que o tema branquitude é de interesse de áreas distintas, embora ainda existam muitos aspectos a serem explorados. Das teorias e conceitos adotados nos artigos, é possível destacar raça, racismo, miscigenação, branqueamento e democracia racial. Em relação às lacunas teóricas não foram encontrados estudos quantitativos, o que aponta para a necessidade de desenvolvimento de pesquisas mais sistemáticas e representativas da população nacional. Por fim, o terceiro capítulo é composto por um estudo que tem como objetivo a construção e validação de uma escala que pretende medir níveis de branquitude da população brasileira. Este estudo contou com uma amostra de convivência composta por 653 pessoas que foi dividida metade para a realização do estudo de Análise Fatorial Exploratória (AFE) e a outra metade para o estudo de Análise Fatorial Confirmatória (AFC). Em uma análise dos Eixos Principais (PAF), verificou-se que os testes de Esfericidade de Bartlett significativo [$\chi^2(171) = 1503,12$; $p < 0,001$], e KMO = 0,86, sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. Logo, a versão unifatorial da escala ficou composta por 13 itens com cargas entre 0,347 e 0,743. Os itens positivos se referem teoricamente a branquitude crítica, enquanto os itens negativos referem-se a branquitude acrítica. A consistência interna do fator geral foi satisfatória ($\omega = 0,86$). Em seguida, com a outra metade da amostra foi realizada uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC). A estrutura unifatorial apresentou bons indicadores de ajuste: $\chi^2 = 98,19$; gl = 65; $p < 0,001$, com $\chi^2/\text{gl} = 1,38$; CFI = 0,99; TLI = 0,99; RMSEA = 0,031; IC 90% [0,017; 0,043]; SRMR = 0,068. As cargas fatoriais variaram entre 0,30 (item 12) e 0,80 (item 1). A consistência interna para essa subamostra foi adequada ($\omega = 0,86$). Os resultados indicaram um baixo nível de branquitude, que pode estar associado às características da amostra. Destaca-se a necessidade de mais pesquisas com abordagem quantitativa.

Palavras-chaves: Branquitude; escala; privilégio; racismo; Brasil.

ABSTRACT

Keywords:

Whiteness can be defined as characteristics of white identity constructed through participation in a culture steeped in white supremacist ideologies. Based on these ideologies, the white group has created and maintained attitudes that guarantee symbolic and material power, called white privilege in the literature on the subject, which is characterized by the appropriation of illegitimate resources and produces racial inequality. To maintain this situation, whiteness has strategies such as: white invisibility, that is, the non-perception of whites as people of race, so that whites are the norm and those who have race are others; the white group does not reflect on its participation in racial inequalities and attributes this problem to other factors, such as slavery in Brazil; in this context, miscegenation is always cited as a mechanism to confirm this supposed neutrality. Therefore, this dissertation has been divided into three chapters. The first chapter addresses conceptual issues related to whiteness: white privilege, white ignorance, and white fragility, as well as the historical development of whiteness studies. The second chapter provides an integrative overview of whiteness studies in Brazil. For this purpose, a search was conducted in the Psycinfo, VHL Psi, SciELO and CAPES journals databases, using the term "whiteness" as a keyword. The initial search identified 200 publications; after applying the filters, the number was reduced to 12 works. The results show that the topic of "whiteness" is of interest to several fields, although there are still many aspects to be explored. From the theories and concepts used in the articles, race, racism, miscegenation, whiteness, and racial democracy can be highlighted. As for the theoretical gaps, no quantitative studies were found, indicating the need to conduct more systematic and representative studies of the national population. Finally, the third chapter consists of a study aimed at creating and validating a scale to measure the degree of whiteness in the Brazilian population. This study included a community sample of 653 subjects, half of whom were used for exploratory factor analysis (AFE) and half for confirmatory factor analysis (CFA). Principal axis analysis (PAF) revealed that Bartlett sphericity tests were significant [$\chi^2(171) = 1503.12$; $p < 0.001$] and KMO = 0.86, indicating the interpretability of the correlation matrix of the items. Factor loadings varied from 0.11 to 0.74, and items with loadings less than 0.30 were removed (items 4, 8, 14, 15, 16, and 17). Thus, the single-factor version of the scale was composed of 13 items with loadings ranging from 0.347 to 0.743. Positive items theoretically refer to critical whiteness, whereas negative items refer to noncritical whiteness. The internal consistency of the general factor was satisfactory ($\omega = 0.86$). A confirmatory factor analysis (CFA) was then conducted with the other half of the sample. The single-factor structure showed good fit indicators: $\chi^2 = 98.19$; $gl = 65$; $p < 0.001$, with $\chi^2/gl = 1.38$; CFI = 0.99; TLI = 0.99; RMSEA = 0.031; 90% CI [0.017; 0.043]; SRMR = 0.068. Factor loadings varied between 0.30 (item 12) and 0.80 (item 1). Internal consistency for this subsample was adequate ($\omega = 0.86$). The results indicate a low level of whiteness, which may be related to the characteristics of the sample. The need for further research using a quantitative approach is indicated.

Keywords: Whiteness; privilege; racism; brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma do processo de seleção dos artigos para análise	41
Figura 2. Autovalores empíricos	73
Figura 3. Estrutura fatorial por meio da AFC	74
Figura 4. Modelo explicativo da branquitude	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Caracterização sociodemográfica da AFE (N = 397)	62
Tabela 2 - Caracterização sociodemográfica da AFC (N = 256)	64
Tabela 3 - Coeficientes de validade de conteúdo	68
Tabela 4 - Estrutura fatorial da Escala de Branquitude	75
Tabela 5 - Correlações entre os fatores da branquitude e construtos relacionados	76
Tabela 6 - Modelos de Regressão Linear	77
Tabela 7 - Estatística Descritiva da Escala de Branquitude	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Artigos encontrados na revisão integrativa sobre branquitude no Brasil	43
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. BRANQUITUDE: ENTENDENDO OS ASPECTOS DA IDENTIDADE BRANCA E DO RACISMO	17
1.1 Branquitude: origem, conceito, características	17
1.2 Definições e características da Branquitude	21
1.3 Privilégio branco e ignorância branca.....	25
1.4 Conceituando o racismo	30
1.5 As particularidades do racismo no Brasil	33
2. REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS SOBRE BRANQUITUDE NO BRASIL	38
ASPECTOS METODOLÓGICOS	40
RESULTADOS E DISCUSSÃO	42
<i>Categoria 1 – Aspectos subjetivos da branquitude</i>	<i>50</i>
<i>Categoria 2 – Branquitude e intersecções</i>	<i>51</i>
<i>Categoria 3 – Branquitude e poder no contexto escolar</i>	<i>53</i>
<i>Categoria 4 – Analisando a branquitude por meio de uma perspectiva histórica</i>	<i>55</i>
<i>Categoria 5 – Conflitos, silêncios e branquitude.....</i>	<i>56</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
3. ESTUDOS DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DA ESCALA DE AUTORRELATO DA BRANQUITUDE	60
Objetivos.....	61
Metódo	61
Resultados dos estudos	72
Estudo 1: Análise Fatorial Exploratória	73
Estudo 2: Análise Fatorial Confirmatória	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81
Referências	83
APÊNDICE A – ESTUDO - TCLE.....	93
APÊNDICE B – ESCALA DE BRANQUITUDE.....	96
APÊNDICE C – A ESCALA DE ORIENTAÇÃO À DOMINÂNCIA SOCIAL. (FERNANDES ET AL., 2007)	98
APÊNDICE D – ESCALA DE RACISMO REVITIMIZADOR (ERR) (LIMA ET AL.,2020).	99
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIOS SOCIODEMOGRÁFICO.....	100
APÊNDICE F – ITENS INICIAS DA ESCALA	101

INTRODUÇÃO

Uma breve incursão no contexto histórico do surgimento das pesquisas sobre branquitude indica que foi a partir da década de 1990 que os Estados Unidos se tornaram o principal centro de referência em pesquisas sobre branquitude. Naquele momento, os estudos sobre raça e racismo começaram a mudar de foco direcionando seu interesse também para as pessoas brancas, responsáveis pela construção da noção e hierarquizações de raça. Esses novos estudos ficaram conhecidos como “estudos críticos da branquitude” (critical whiteness studies), e influenciaram o surgimento de pesquisas sobre a temática em escala mundial. Embora os Estados Unidos sejam reconhecidos como pioneiro nos estudos sobre branquitude, encontram-se produções acadêmicas anteriores sobre essa temática na Inglaterra, na África do Sul, na Austrália e no Brasil. Todavia, nem sempre aparece nesses trabalhos o termo “branquitude”, ainda que os trabalhos pretendam compreender o papel do branco no contexto do racismo (Cardoso, 2010; Schucman, 2014).

Twine e Gallagher (2008) mencionam que os estudos críticos da branquitude são divididos em “três ondas”. Nos EUA os trabalhos de W.E.B. DuBois representam a primeira onda desses estudos, sendo apontados como a origem dos trabalhos sobre branquitude, dando base teórica para o desenvolvimento de outras pesquisas. DuBois fez importantes observações sobre o papel que a invisibilidade da branquitude desempenha na manutenção da supremacia branca; apontou para o fato de que as pessoas brancas vivenciam a brancura de formas diferentes, sendo assim a branquitude seria uma série de identidades concorrentes, situacionais, mutáveis e às vezes conflitantes. A “segunda onda” dos estudos críticos da branquitude nos EUA inclui uma série de estudos sobre a raça, que seguiram uma linha de estudos similar à de DuBois, no sentido de tornar visível a supremacia branca e o racismo institucional. Entre os estudiosos dessa onda é possível citar E. Franklin Frazier, St. Clair Drake, Horace Cayton, James Baldwin, Ralph Ellison, Gunnar Myrdal’s, Toni Morrison, entre outros. Os estudos da segunda onda se concentraram em dar visibilidade às minorias sociais e como elas foram eliminadas ao longo da história; denunciar como os imigrantes foram embranquecidos; e os meios pelos quais a cultura e a ideologia trabalham constantemente tornando a branquitude uma identidade normativa.

A “terceira onda” dos estudos da branquitude inclui os estudos mais recentes, que apresentam características diferentes dos demais, tais como: 1) metodologias de pesquisa inovadoras, incluindo a análise por meio das mídias; 2) o aprofundamento em conceitos como inocência branca, privilégio branco, e exame da reconstituição da supremacia branca em

contexto após o apartheid, escravidão, e Direitos Civis; e análise da formação da identidade branca entre membros de minorias raciais. A terceira onda também é o período em que os psicólogos sociais começam a dar contribuições nos estudos sobre branquitude. Grande parte dos estudos recentes sobre a branquitude se concentra em examinar e expor as relações de poder muitas vezes invisíveis ou mascaradas dentro das hierarquias raciais presentes na sociedade. Incluem estudos que buscam explorar arranjos institucionais, discursos, crenças, ideologias, e práticas que colaboram para a manutenção do privilégio branco, mesmo quando essas prerrogativas estão atravessadas por discursos de antirracismo (Twine & Gallagher, 2008).

No Brasil, os estudos críticos da branquitude são recentes, tendo apenas algumas exceções como o sociólogo Guerreiro Ramos, que, em 1957, publicou o artigo “A patologia social do branco brasileiro” e os livros “Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo” (Bastide & Fernandes, 1955), e o livro “O negro no mundo dos brancos” (Fernandes, 1972). Mas o campo de estudos só começou a se desenvolver e produzir trabalhos sistematicamente por volta dos anos 2000, entre os pesquisadores da branquitude no Brasil é possível destacar: Edith Piza (2000) e seus trabalhos sobre a invisibilidade branca; Maria Aparecida Silva Bento (2002) e seus trabalhos sobre pactos narcísicos da branquitude dentro das organizações; Liv Sovik (2004) e seus trabalhos sobre miscigenação, branquitude e média no Brasil; Lourenço Cardoso (2010) e seus trabalhos sobre a diversidade da identidade branca dividindo-a em branquitude crítica e acrítica; Schucman (2014) e seus trabalhos sobre branquitude, raça e subjetividade; Corossacz (2014) e seu estudo sobre branquitude e gênero, entre outros trabalhos que colaboram para entender como a branquitude se constitui no país.

O Brasil é um país profundamente marcado pelo racismo, os estudos da branquitude dentro desse contexto são fundamentais. O racismo é uma realidade tão concreta que a maior parte da população assume a sua existência, mas quando questionadas se são racistas, negam, evidenciando o quanto esse fenômeno é complexo. O grupo branco não se enxerga como parte do problema, ou seja, como participantes ativos na produção do racismo, porém o racismo molda a vida das pessoas brancas em vários aspectos: nos espaços que elas ocupam, na forma como enxergam a si mesmo e aos outros (Nunes & Camino, 2011).

A branquitude é um conceito carregado de características particulares. Um desses traços é a invisibilidade branca, o silêncio em torno da categoria racial brancos, pouco se fala sobre quem são os brancos e o que representa ser branco no Brasil. A não identificação do branco como indivíduo racializado, pois a ideia de raça está sempre ligada ao grupo minoritário. Tais características colaboram para o não reconhecimento de que os brancos detêm o poder social, econômico e político, por meio dessas e de outras engrenagens, o branco obtém

privilégios simbólicos e materiais. A branquitude, devido ao colonialismo e o imperialismo, é caracterizada (até a contemporaneidade) como uma posição onde os que a ocupam são sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso à recursos materiais e simbólicos (Schucman, 2014).

Os poucos debates fora do meio acadêmico em torno da branquitude tornam essa temática um campo ainda mais necessário de ser explorado. A constituição da identidade branca em uma sociedade estruturada pelo racismo faz com que os ideias da supremacia branca contribuam na modulação dos comportamentos. O interesse deste trabalho é justamente este: ampliar o campo de debate sobre a branquitude, investigando aspectos cognitivos e emocionais relacionados a ela, visando contribuir academicamente e politicamente nessa dimensão temática que está diretamente entrelaçada ao racismo. Bento (2014a) menciona que os estudos sobre desigualdade racial no Brasil em sua grande maioria focam em estudar apenas o grupo não branco, passando a ideia de que o racismo é um problema exclusivamente dos negros, ocorrendo uma falta de reflexão e discussão sobre o papel dos brancos na desigualdade racial.

É fundamental também desnaturalizar alguns aspectos relacionados à identidade branca e discutir sobre os privilégios simbólicos e materiais, pois boa parte do grupo branco custa a acreditar que é beneficiário dos privilégios que a branquitude dispõe. É comum se ouvir o discurso de que as “conquistas pessoais nada têm a ver com a raça e sim com o esforço individual”. Segundo Mills (2018) os ideais da supremacia branca fazem parte das práticas culturais e por meio delas o grupo branco cria uma atmosfera de privilégios compartilhados apenas por seu grupo, e para manter os lugares privilegiados e a percepção de si mesmos como bons e éticos, os brancos criaram estratégias de socialização no sentido de permanecerem no que a literatura nomeia de ignorância branca. Embora o termo seja ignorância branca, ela não é sinal de falta de conhecimento, é a estratégia de não querer saber, difundida culturalmente em discursos e práticas que colaboram para o descaso em relação as desigualdades geradas pela supremacia branca. Para Bento (2014a), o silêncio sobre a branquitude permite não prestar contas, não indenizar, não pensar em mecanismos estratégicos que possam combater a desigualdade racial. Por essas e outras questões, ações afirmativas são consideradas indevidas, pois os brancos não reconhecem as vantagens que a branquitude proporciona.

Diante desse cenário, os estudos da psicologia sobre raça e racismo têm tomado direções no sentido de estudar comportamentos, cognições e emoções que desempenham um papel importante nas experiências no campo das relações raciais. Carvalho e Schucman (2022) citando Leach et al., (2002) compreendem que as emoções tanto positivas como negativas são importantes nas interações, os autores citam intervenções para induzir emoções negativas como

culpa, vergonha e indignação moral, por meio da demonstração das injustiças que as pessoas negras enfrentam, e evidenciando a participação das pessoas brancas nesse processo, essa ação pode despertar nos sujeitos brancos comportamentos em direção ao antirracismo como: maior apoio a políticas compensatórias e participação em manifestações por igualdade racial.

Outro mecanismo de enfrentamento seria a de-saturação, ação de perceber a branquitude e o que ela significa. O que requer observação e policiamento constantes, a de-saturação seria esse movimento de se sentir desconfortável diante das hierarquias raciais, e reconhecer que a branquitude não é neutra, entender que todas as pessoas brancas têm privilégios, mudar os discursos e ações rompendo com o silêncio para formar uma sociedade mais antirracista (Carvalho & Schucman, 2022).

As pessoas experimentam o racismo de maneira profundamente cognitiva e afetiva, partido dessa perspectiva se torna interessante investigar as experiências cognitivas e afetivas dos indivíduos brancos em uma sociedade estruturada pelo racismo. Assim, este trabalho tem por objetivo geral investigar as dimensões da branquitude, ou seja, traços da identidade branca. Construir e validar uma escala de autorrelato da branquitude, para se inteirar das dinâmicas da identidade branca, a fim de ampliar o debate no campo das relações raciais, contribuindo academicamente sobre essa temática.

A base teórica utilizada para compreensão do problema da pesquisa foi a psicologia social, por meio desse campo é possível uma análise da branquitude levando em consideração aspectos subjetivos e grupais das relações dos indivíduos com a sociedade. No capítulo I será abordado definições de branquitude e racismo, conceitos fundamentais para a compreensão da branquitude. No capítulo II será apresentada uma revisão integrativa sobre branquitude que tem como objetivo principal saber como essa temática tem sido estudada no Brasil, além das principais conclusões encontradas nas pesquisas. No capítulo III será apresentado os estudos de construção e validação da Escala de Autorrelato da Branquitude um instrumento de medição de características da branquitude, busca-se construir e validar um instrumento que possa facilitar pesquisar a temática, aumentar os debates sobre identidade racial branca, sobre o espaço que o branco ocupa socioeconomicamente. Em relação à metodologia da construção da Escala de Branquitude, trata-se de um estudo de abordagem quantitativa de corte transversal de caráter descritivo para geração de dados, pois visa identificar a frequência com que as características da branquitude aparecem em uma amostra de 653 pessoas autodeclaradas brancas.

1. BRANQUITUDE: ENTENDENDO OS ASPECTOS DA IDENTIDADE BRANCA E DO RACISMO

Este capítulo tem por objetivo apresentar aspectos conceituais sobre a branquitude que possam contribuir para a sua compreensão, além de explicar brevemente acerca do percurso histórico dos estudos que contribuíram para o surgimento das análises mais sistemáticas sobre a branquitude: os *critical whiteness studies*. O capítulo se concentrará nas investigações mais recentes, que compõem a terceira onda de estudos da branquitude, e nos conceitos que foram importantes para a elaboração dos itens que compõem a escala de autorrelato de branquitude, instrumento desenvolvido nesta dissertação. Ademais, serão abordados conceitos fundamentais que contribuem para entender como a branquitude se estrutura, tais como: privilégio branco, ignorância branca e “fragilidade branca”. A branquitude e o racismo são fenômenos relacionados, embora também sejam fenômenos distintos. Considerando a implicação desses dois conceitos também será abordado o racismo e suas particularidades no Brasil.

1.1 Branquitude: origem, conceito, características

Os chamados “estudos críticos da branquitude”, como campo de análise acadêmica, são ainda recentes e têm como objetivo revelar as estruturas invisíveis que produzem e reproduzem a supremacia branca. Tais estudos promovem a importância da “vigilância da raça branca”, examinando o significado do privilégio branco e como ele está conectado à cumplicidade entre os brancos que conseqüentemente gera o racismo. As discussões sobre a racialização dos grupos humanos tendem a se concentrar nos grupos que sofrem os prejuízos desta hierarquização, deixando de fora da análise o grupo branco que construiu e se beneficia dessa estrutura. Nesse sentido, os estudos críticos da branquitude têm um papel importante na problematização da construção e manutenção da supremacia e privilégios brancos, tornando visível os mecanismos em que a branquitude opera, pois, muitas vezes, ela costuma se esconder atrás de discursos politicamente corretos (Applebaum, 2016).

Os estudos sobre branquitude são considerados recentes, uma vez que foi apenas a partir da década de 1990 que o número de trabalhos acadêmicos sobre a identidade branca cresceu expressivamente, principalmente nos Estados Unidos. Porém, já existiam produções acadêmicas sobre essa temática na Inglaterra, África do Sul, Austrália e Brasil. A partir do ano 2000 os estudos sobre branquitude surgiram de forma sistemática no Brasil por meio de

pesquisadoras como Edith Piza, Maria Aparecida Silva Bento, Liv Sovik, Lia Schucman entre outros. Os pesquisadores da branquitude dividem esse campo de estudos em três ondas, nesta dissertação será discutida brevemente a primeira onda que serviu como suporte para o surgimento das demais, mas nosso foco principal estará na terceira onda, que são os estudos mais recentes. A primeira onda é representada por pesquisadores como o estadunidense W. E. B. Du Bois que é considerado um dos precursores dos estudos sobre identidade branca, com a publicação do seu livro, em 1935, intitulado *Black Reconstruction in the United States* (Cardoso, 2010).

Nesse livro, W. E. B. Du Bois analisa a classe trabalhadora branca norte-americana do século XIX em comparação ao trabalhador negro. O autor examina relações de trabalho atravessadas pelas categorias de raça, classe e *status*, demonstrando que os trabalhadores brancos passaram a abraçar a identidade racial do grupo dominante, aceitando o racismo e, assim, recebendo benefícios em troca. Du Bois nomeou de “salário público e psicológico” os benefícios que a branquitude proporcionava gerando privilégios sociais e materiais. No nível material, os brancos donos do capital monopolizavam os recursos econômicos, sociais e estatais; já os trabalhadores brancos ganhavam um salário baixo, porém mais alto do que o dos negros. No nível psicológico, os trabalhadores brancos auferiam mais status social, capital simbólico, se aproximando dos brancos de classes abastadas, dividindo acesso aos lugares públicos, direito ao voto, usufruindo do status dado à branquitude (Schucman, 2020; Twine & Gallagher, 2008).

Segundo Roediger (1991), os benefícios adquiridos por conta da brancura levaram os trabalhadores brancos sulistas a aceitarem salários baixos, suficientes apenas para sobreviver e adotaram uma doutrina de separação racial na qual eles preferiam trabalhar e viver em condições precárias do que ver o trabalhador negro ganhado um salário decente. Nessa lógica, valorizavam tanto a branquitude que, em vez de se unirem aos trabalhadores negros que compartilhavam de interesses em comum, prefeririam perpetuar uma visão supremacista branca que apoiava o capitalismo e arruinava a democracia. Assim, o sentimento de solidariedade entre os brancos e os negros pertencentes a mesma classe econômica não ocorreu. A raça foi utilizada como um divisor de classes. Du Bois faz importantes observações que fornecem a base teórica dos estudos críticos sobre branquitude. Há mais de cem anos, o autor já apontava para a relativa invisibilidade da branquitude entre os brancos e como ela mantém a supremacia branca. Grande parte das pesquisas recentes sobre branquitude explora as relações de poder, muitas vezes, invisíveis ou mascaradas dentro das hierarquias raciais (Twine & Gallagher, 2008).

Outro importante teórico que representa a primeira onda dos estudos críticos da

branquitude é Frantz Fanon, intelectual negro nascido em 1925 na ilha de Martinica, ex-colônia francesa nas Antilhas. Em 1952, ele lança o livro “Pele negra, máscaras brancas”. Nesse livro, o autor analisa as relações conflituosas pós-coloniais vividas entre negros e brancos, questões como o branqueamento, racismo, raça e classe; além de analisar o quadro psicológico dos martinicanos, questionando como as identidades negra e branca são construídas através da colonização, processo que modelou uma sociedade psicologicamente doente (Silva, 2012).

Fanon (1952/2008) menciona o quanto a adoção de uma língua universal é uma forma de branqueamento dos diferentes povos, inferiorizando as diferentes culturas pela implementação de uma língua e cultura importadas. Nesse livro, o autor também problematiza o branqueamento por meio das escolhas afetivas, destacando que o padrão de beleza difundido do branco, heterossexual, de uma classe econômica favorecida é visto como o par ideal, de forma que os brancos se veem como donos da beleza e virtude e os prejuízos que essas visões causam às mulheres e aos homens negros, que tem sua cor associada a estereótipos e, por conta do racismo, podem experimentar a solidão amorosa. O autor denomina as escolhas afetivas baseadas na raça de “eretismo afetivo”, a mulher negra, que prefere o homem branco europeu, estaria sofrendo uma alienação, buscando se associar ao branco por meio do casamento na busca pelo branqueamento. Neste sentido, o negro que se sente inferiorizado e o branco que se sente superior, dentro dos termos psicanalíticos, ambos teriam comportamentos dentro de uma linha de orientação neurótica.

Embora Fanon (2008) tenha iniciado essa discussão há algumas décadas, as escolhas afetivas ainda ocorrem dentro de uma cultura na qual muitas ideias são incorporadas, entre elas, a racialização. Quando se pergunta com quantas pessoas de raça diferente você já se relacionou, pode-se ouvir respostas como “nunca me relacionei com pessoas de uma cor diferente, mas isso não tem nada a ver com racismo é uma questão de escolha”. É possível considerar que essa escolha está muito atrelada ao que se aprende no meio social, ela pode ser feita tanto de forma consciente como não consciente. Portanto, existe uma necessidade de reflexão dos motivos para não cair em frases clichês que não consideram o racismo um importante marcador de determinados comportamentos.

Ainda sobre padrão de beleza, Fanon (2008) traz o seguinte exemplo:

E quando, perguntando-se se ele é bonito ou feio, responde: “Tudo o que sei é que tinha olhos azuis, que tinha os cabelos louros, a pele clara e que eu o amava” — é fácil perceber, se colocarmos os termos nos seus devidos lugares, que podemos obter mais ou menos o seguinte: “Eu o amava porque ele tinha os olhos azuis, os cabelos louros e a pele clara”. (Fanon, 1952/2008, p.54)

O trecho exemplifica como algumas características físicas do fenótipo branco são associadas à beleza. Existe uma valorização de traços como pele clara, cabelo loiro e olhos azuis. De modo que, quanto mais o sujeito se aproxima da aparência do branco europeu mais ele é visto como belo. Esse padrão de beleza produz significados compartilhados, nos quais os sujeitos vão se apropriando e isso vai interferindo na forma como se veem e aos outros e pode interferir também nas suas escolhas afetivas (Schucman, 2014).

Santos e Lima (2019) mencionam que as preferências estéticas, tidas como gosto pessoal, são resultado da cultura na qual se está inserido. A forma como se enxerga a beleza e a feiura está entrelaçado com as representações sociais construídas ao longo da história dos grupos humanos. Neste sentido as representações criadas sobre os grupos minoritários servem como sustentáculo para discriminações e exclusões sociais e simbólicas. Partindo do pressuposto que a beleza/feiura são uma construção social. Os autores realizaram um estudo que buscava identificar as representações sociais sobre a beleza e a feiura para os diferentes grupos de cor de pele, a partir de celebridades expostas na mídia televisiva. Os resultados obtidos indicam que os participantes elegeram celebridades brancas e pardas como sendo modelos de beleza, somente 6.6% de modelos pretos habitam a categoria beleza masculina, contra 36% de brancos e 57% de pardos. “Para os pretos, no entanto, ocorre o oposto: foram 73 citações para a beleza contra 106 para a feiura, resultando num incremento de 45% dessa categoria no “universo dos modelos de feiura”. (Santos & Lima, 2019). Os resultados demonstram que a branquitude ainda é tomada como referencial de beleza enquanto a feiura é associada aos negros.

O sociólogo Guerreiro Ramos, um dos pioneiros nos estudos sobre branquitude no Brasil, publicou, em 1957, um artigo intitulado “A patologia social do branco brasileiro”, no qual problematiza o fato dos estudos acadêmicos focarem apenas no que ele nomeou de “negro-tema”, pois só o negro era examinado, olhado, visto, a partir do ponto de vista dos brancos. Nesse artigo, ele também discute sobre o desejo do branqueamento, quando as pessoas negras com a pigmentação de pele mais clara apresentavam um desequilíbrio na sua autoestima; e como essa problemática afetaria tanto brancos como negros, pois as pessoas que apresentavam uma tonalidade de pele negra mais clara acabavam se autotransferindo para a categoria de brancos ou pardos, colocando como uma patologia tanto do branco como do negro a crença de superioridade branca. Se levarmos em consideração a grande miscigenação do país, isso resultou em uma sociedade desigual com base na cor de pele (Ramos, 1995/1957).

Mais de 50 anos depois das produções de Guerreiro Ramos, alguns pontos de discussão que o autor levantou ainda permanecem atuais. Entre eles podemos citar: os poucos estudos

sobre a posição dos brancos dentro das relações raciais, a valorização das pessoas com cor de pele mais clara, a problemática em torno da mestiçagem que colabora para negar a existência de negros e esconde a existência do branco, etc. (Sovik, 2009).

Em 1957, o escritor Albert Memmi lançou outra importante obra que ilustra os trabalhos da primeira onda da branquitude. O livro se intitula “Retrato do Colonizado precedido de Retrato do Colonizador”, nele o autor problematiza o lugar do colonizador branco dentro da relação de dominação, o que configura uma análise da branquitude. Destacando como o colonizador era/é representado como um homem com uma aparência imponente, alguém que difundiu a cultura, um pioneiro, embora ele tenha viajado não com o objetivo de difundir sua cultura e sim de obter lucro de forma mais rápida: “[...] Ele percebe que esse lucro só é tão fácil por ser arrancado de outros. Em suma, ele faz duas aquisições em uma: descobre a existência do colonizado e ao mesmo tempo seu próprio privilégio” (Memmi, 2007, pp. 40-41).

Memmi (2007), ao longo do livro, descreve a relação entre os colonizadores e colonizados dentro da colônia. Fazendo uma análise que parece atual dos privilégios que o grupo branco obtém através da cumplicidade entre seus pares, criando e mantendo posições de poder dentro da sociedade, seja em cargos políticos pela criação ou vedação de leis, ou empresariais, por meio de contração, nos quais os brancos beneficiam outros brancos, na divulgação de discursos que valorizam seu grupo e estereotipam os demais. O autor também percebeu que essas injustiças podem causar desconforto nos brancos como o sentimento de culpa, fazendo com que algumas pessoas vivenciem o dilema de perceber a dominação se opondo e, conseqüentemente, indo contra seu próprio grupo e a si mesmo: “O que ele recusa, de fato, se não uma parte de si mesmo, aquilo em que ele se transforma lentamente quando aceita viver na colônia? Pois ele participa, desfruta desses privilégios que denuncia a meia-voz” (Memmi, 2007, p. 56).

Segundo Memmi (2007), o privilégio é relativo: em maior ou menor grau, todo branco é privilegiado, na medida em que é comparado aos outros grupos, ele possui de nascença características que são consideradas qualidades independentes de seus méritos pessoais e de sua classe. Embora sintam a necessidade de legitimação das suas conquistas, a raça, gênero, classe, religião, deficiência, desempenham um papel nesse panorama.

1.2 Definições e características da Branquitude

Este tópico visa abordar as dimensões da branquitude, ou seja, traços da identidade branca construídos a partir da hierarquização das raças. O grupo branco criou e mantém o status

de modelo ideal da humanidade, obtendo com isso privilégios simbólicos, tais como autoestima e autoconceito positivo, e privilégios materiais, tais como maior acesso à educação, saúde e emprego (Bento, 2014b).

A branquitude é um lugar de vantagem estrutural, de privilégio racial, vivenciado dentro das relações cotidianas. É um ponto de vista, uma posição, a partir da qual os brancos olham para si mesmos, para os não brancos e para a sociedade. Esse ponto de vista pode ser partilhado pelos outros grupos, tornando-se uma representação social. A branquitude refere-se a um conjunto de práticas culturais que geralmente não são marcadas nem nomeadas, existindo, assim, um silêncio em torno da categoria racial “os brancos”. Estes e os não brancos têm suas vidas racialmente estruturadas e moldadas, porém o grupo branco dificilmente reflete criticamente sobre a posição que ocupa dentro das relações raciais, podendo entender essa omissão como uma estratégia de manutenção dos interesses (Frankenberg, 1999).

Visando romper com esse silêncio a primeira tese de doutorado defendida no Brasil sobre branquitude, intitulada “Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público”, ajuda a pensar a manutenção das desigualdades. Seu objetivo foi compreender como se apresentam as desigualdades raciais nas relações de trabalho no interior das organizações. A autora, Maria Aparecida Silva Bento (2002), trouxe como resultados que o salário dos brancos é mais alto; os brancos têm acesso ao mercado de trabalho com mais facilidade; possuem maiores taxas de participação em setores de trabalhos menos precários quando comparados aos não brancos; entre outras desigualdades. As empresas brasileiras não têm uma regra por escrito que dita que as pessoas negras não devem ocupar cargos de chefia, no entanto, selecionadores de pessoal utilizam regras informais de exclusão muitas vezes sem refletir, que acabam por reforçar a situação de desigualdade.

O foco das discussões dentro das relações raciais está voltado para o “problema do negro”, existindo um silêncio em relação ao papel dos brancos no processo de manutenção das desigualdades raciais. Bento (2002) propõe que um dos sintomas da branquitude é perceber que existe a desigualdade racial, mas não associa essa desigualdade ao racismo, atribuindo a situação atual ao passado escravista no qual a figura do branco também está ausente. Dessa forma, o silêncio em torno da participação dos brancos permite a manutenção dos privilégios. A cumplicidade entre os brancos para preservar seus interesses é nomeada pela autora de pactos narcísicos. Um pacto entre iguais que serviria para proteger os interesses do grupo branco e, para isso, eles muitas vezes culpabilizam e desvalorizam o outro grupo, ignorando ou promovendo a violação dos seus direitos.

[...] uma das dimensões mais importantes da branquitude em nossa perspectiva, é que

ela é um lugar de silêncio, omissão e suposta neutralidade, emergindo essencialmente na maneira como o assunto “negro” é focalizado ou omitido, e no silêncio sobre o lugar que o branco, enquanto branco, ocupa [...]. (Bento, 2002, p. 73)

Jodelet (1989 como citado em Bento, 2014a) formula a seguinte questão: o que faz com que pessoas que cultuam valores democráticos de igualdade aceitem as injustiças que ocorrem com aqueles que não são seus pares? Uma possível explicação seria que as pessoas têm necessidade de pertencimento social, a ligação emocional com o grupo de pertença leva a investir a própria identidade no grupo, ou seja, a imagem de de si mesmo encontra-se vinculada ao grupo do qual faz parte, defendendo os valores e crenças na perspectiva de proteger o próprio grupo e excluindo os outros. Uma das formas de exclusão é a moral, que seria a ausência de compromisso e o distanciamento psicológico em relação aos excluídos, um dos primeiros passos da exclusão é a desvalorização do outro como pessoa, retirando seu status de humano.

Bento (2014a) afirma que o silêncio, a omissão, a exclusão, a distorção do lugar do branco dentro das situações de desigualdade racial tem um forte componente narcísico: o sujeito investe no grupo, pois assim está investindo em si mesmo. O narcisismo, em termos psicanalíticos, seria a expressão do amor a si mesmo, elemento que trabalha para preservação do indivíduo e gera aversão ao que é estranho, colaborando para o processo de considerar o próprio grupo como padrão universal de humanidade e enxergando o outro como ameaça. Sendo assim, no pacto narcísico, os brancos criam alianças inconscientes e conscientes por meio das quais eles se ligam para proteger os interesses do seu grupo. Esse pacto presume que não será dada atenção às injustiças vivenciadas pelo outro grupo que possam colocar em risco seus interesses, tais como: permanecer ocupando os lugares de poder e os privilégios decorrentes desse lugar.

Em 2003, Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento, organizam um livro intitulado “Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil”. Neste livro, Piza (2014) escreveu o capítulo “Porta de vidro: entrada para a branquitude” no qual menciona que, diante de um contexto em que só os não brancos são racializados, o branco se mantém neutro dentro das discussões sobre raça, fazendo com que possa não se perceber como sujeito racializado. Nesta perspectiva, o branco teria uma identidade não marcada, pois os brancos não são questionados sobre sua condição racial e nem mesmo se questionam, fazendo com que esta seja uma identidade “invisível”. Dessa forma, a autora faz a seguinte metáfora: quando o branco se dá conta da sua branquitude, é como se ele se batesse contra uma porta de vidro aparentemente inexistente, e é um impacto fortíssimo. O que chama a atenção é a incógnita de não ter se percebido como um ser racializado antes; sendo que a identidade do

outro é sempre colocada em evidência.

Os brancos são socializados em um sentimento de superioridade racial profundamente internalizado, e, muitas vezes, não se dão conta disso, ou é mais cômodo não refletir. Para o branco é um desafio falar de raça e racismo e se colocar dentro desse contexto, pois vai contra a percepção de si mesmo como sendo bom e ético. Então, o branco pode entender a tentativa de vincular sua identidade branca ao racismo como uma ofensa moral e injusta. Falar sobre branquitude pode proporcionar respostas defensivas e incitar emoções, como raiva, medo e culpa, ou comportamentos, como alterações de humor, silêncio e fuga da discussão que está proporcionando o estresse, entre outros sentimentos e respostas que podem ser eliciados a fim de preservar os privilégios brancos (Diangello, 2018).

A autora Diangello (2018) menciona que “fragilidade branca” é a dificuldade das pessoas brancas em falar sobre sua identidade branca e sobre o racismo. Embora possa causar desconforto, a “fragilidade branca” nasce da pretensão nem sempre consciente, de superioridade e do “direito”, por acreditar que o lugar que ocupa foi conquistado, é merecido e é digno das vantagens que tem disponível. Logo, embora o nome “fragilidade branca” possa parecer uma fraqueza, ela não é sinônimo de fraqueza, na verdade é um meio poderoso de controle racial branco e proteção dos privilégios. Neste sentido, surgem discursos que tentam deslegitimar a existência do racismo, direcionando a culpa das desigualdades raciais ao período escravista, negando ou reduzindo o racismo apenas a atos isolados de pessoas consideradas “más”, e não como um sistema complexo que permeia todas as instituições sociais.

No Brasil, a mestiçagem desempenha o papel de inviabilização da identidade branca no discurso público, embora a diferença racial não tenha fundamento biológico nem base científica, segue sendo uma mitificação no imaginário das pessoas. Objetivando compreender, através de análises de músicas brasileiras, como essas ideias permanecem sendo compartilhadas pelos meios de comunicação, a autora Liv Sovik lançou o livro *Aqui ninguém é branco*. Nesse livro, a branquitude é entendida como um ideal estético herdado do passado, sendo assim, ter uma aparência que lembra o branco europeu, no Brasil, é suficiente para ser classificado como branco. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato do nariz, e tipo de cabelo. Embora, para ser classificado como mais ou menos branco, o sujeito não dependa apenas de características físicas e sim do status social (Lima & Vala, 2004), levando em consideração toda a diversidade racial do país, os brancos são brancos nas relações sociais e não na genética (Sovik, 2009).

Ser branco tem significados ligados à cor, etnia, raça, classe social e cultura que se inter cruzam, podendo mudar dependendo do lugar. Nos EUA por exemplo, ser branco está

ligado à origem étnica e genética. Na África do Sul a marca é fenotípica e de origem. No Brasil é, ao mesmo tempo, a aparência, fenótipo, status e poder (Schucman, 2020).

Em relação ao status, Lima e Vala (2004) demonstram que existe, no Brasil, uma forte correlação entre a estrato socioeconômico e percepção de cor da pele: quanto mais negro o fenótipo menor a atribuição de status. Ou seja, no Brasil haveria um preconceito misto, de classe e de raça. O racismo, no Brasil, se manifesta pelo branqueamento dos indivíduos que fazem sucesso e o enegrecimento dos que fracassam.

De acordo com Carvalho e Schucman (2022), a desigualdade racial já foi interpretada, nos discursos sociológicos, como um fator ligado apenas à classe e à falta de políticas de integração dos negros na sociedade após o regime escravista. Porém, estudos iniciados em 1970 por Carlos Hasenbalg (1979) evidenciam como o racismo colabora para a manutenção das desigualdades, na medida que os brancos são favorecidos na ocupação de cargos de prestígio e posições de poder, obtendo com isso privilégios materiais e simbólicos, como ser socializado dentro de uma cultura que dispõe de mecanismos para o desenvolvimento da identidade branca de forma positiva, colaborando para constituição de sentimentos como honra, dignidade, direito e autodeterminação. O conceito de privilégio branco tem um importante destaque dentro dos estudos críticos da branquitude. Nesse sentido, o próximo tópico visa apresentar esse conceito e suas implicações dentro da branquitude.

1.3 Privilégio branco e ignorância branca

O conceito de privilégio tem sido importante dentro dos estudos críticos sobre branquitude. O termo é utilizado para falar dos benefícios e vantagens imerecidas que os membros dos grupos dominantes acumularam apenas por ocupar uma posição social dominante, muitas vezes, independente da atitude, vontade ou crença de alguém. Applebaum (2008) citando Ahmed (2004), menciona que o privilégio não é apenas uma questão de receber benefícios, mas consiste também em certas perspectivas e modos de agir, uma fenomenologia da branquitude, em que os brancos têm o comportamento de “retomar o centro”. Muitas vezes, sem perceber, o privilégio branco pode ser exemplificado no ato dos brancos de agir e pensar, como se todos os espaços estivessem ou devessem estar à sua disposição, conforme desejam.

Dentro dos estudos da branquitude sobre privilégio branco, o ensaio “White Privilege and Male Privilege”, de Peggy McIntosh recebe destaque. Ela criou uma lista de quarenta e seis situações que a fizeram sentir não como se tivesse ganhando, mas sim como se fosse um direito

seu desde o nascimento, situações em que ela associou aos privilégios decorrentes de ser branca. Serão citados quatro itens da lista: (posso ir às compras sozinha, segura que não serei seguida ou assediada pelos funcionários da loja; posso ligar a televisão ou abrir a primeira página do jornal e ver as pessoas da minha raça amplamente e positivamente representadas; não precisarei educar meus filhos para estarem cientes do racismo sistêmico para sua proteção física diária; nunca me pedem para falar por todas as pessoas do meu grupo) (McIntosh, 1988).

McIntosh também fez a metáfora da “mochila” de privilégios em que o privilégio branco é descrito como uma mochila invisível, leve, com provisões especiais, garantias, ferramentas, mapas, guias, livros de códigos, passaportes, vistos, roupas, bússola, equipamento de emergência e cheques em branco. Os brancos são cuidadosamente ensinados a não reconhecer o privilégio branco, reconhecê-lo torna as pessoas brancas responsáveis pelo quadro de desigualdade racial, a mochila ser invisível é um mecanismo de fuga (McIntosh, 1988).

Segundo Applebaum (2016), é importante sempre frisar o aspecto relacional do privilégio branco concebendo que ele não é uma questão individual. Por exemplo, o fato dos brancos não serem seguidos nas lojas, não se trata apenas de poder circular livremente, o privilégio consiste na presunção da integridade moral do branco, e a construção do negro como moralmente suspeito relacionando a sua imagem a estereótipos, quando um negro entra na loja podem ocorrer crenças racistas e imagens serem automaticamente acionadas, resultando em situações de racismo. Algumas poucas dessas ganham notoriedade na mídia, como o caso da professora Isabel Oliveira, que foi seguida por um segurança cerca de meia hora enquanto fazia compras no Atacadão. Ao perceber que ele a estava seguindo por todos os lugares, a professora questionou se ela oferecia algum risco a loja, indignada resolveu fazer um protesto: *Professora é vítima de racismo e vai ao supermercado de lingerie em protesto* (Caldas, 09/04/2023).

A branquitude faz parecer que o privilégio branco não é um privilégio e sim um direito de perceber a própria experiência como algo normal e universal. Sendo a sociedade capitalista um sistema de competição, o sujeito branco pode pensar que possui atributos que o tornam especial, e não pensar que o grupo branco manipula o sistema social para que ele funcione a seu favor, sem levar em conta as vantagens proporcionadas pela raça, gênero e classe. A suposição de que a experiência branca é normal tem efeito de marcar aqueles cujas experiências são diferentes como desviantes culpabilizando pelas posições sociais que ocupam (Applebaum, 2016).

A supremacia branca é a ideologia na qual se acredita que os brancos são superiores, fisicamente, moralmente e intelectualmente. Cientificamente não há evidências que comprovem essas ideias, porém elas seguem no imaginário das pessoas e acabam gerando

situações de discriminação. França (2017), desenvolveu um estudo que tinha como objetivo analisar o papel do professor no processo de discriminação de crianças negras, em que é possível perceber o quanto a ideologia da supremacia branca está presente nos diferentes âmbitos da sociedade entre eles a educação. Participaram da pesquisa 109 professores em formação, os participantes foram abordados em sua própria escola, e lhes era solicitado que avaliassem uma redação (de 0 a 10). Anexado à redação havia uma fotografia de uma criança que, em uma condição, era negra e, em outra, era branca, ambas aparentando ter 8 anos e meio de idade. Junto à redação, era entregue um questionário com perguntas sobre quais critérios o professor tinha utilizado para avaliar aquele aluno, cada professor avaliava uma criança de um único grupo racial, sendo a redação a mesma, e a única variável diferente era a fotografia.

Os resultados indicaram que os professores atribuíram notas mais altas à criança branca do que à criança negra, utilizando critérios de avaliação diferentes para cada uma. Para a criança branca, adotaram predominantemente os seguintes critérios avaliativos: criatividade, expressão, construção textual, idade, série e tema escolhido. Enquanto para avaliar a criança negra os critérios escolhidos foram: gramática, caligrafia e, sobretudo, o esforço (França, 2017).

O privilégio branco é frequentemente experimentado simplesmente como o sentimento de si mesmo como pessoa boa, como merecedor das coisas que tem na vida. As ideias da supremacia branca funcionam como um propulsor na autoestima, a maioria dos aspectos de privilégio branco são coisas que todas as pessoas deveriam ter, mas, por conta do sistema cultural racista que criou a imagem do branco como bom, as pessoas de cor foram construídas no mundo imaginário como o outro, representado negativamente e de forma estereotipada. A desumanização das pessoas negras foi realizada pelos brancos para eles se sentirem melhores em relação aos atos violentos da escravidão, mesmo após o fim da escravidão, as imagens estereotipadas ainda fazem parte do sistema cultural e impactam na percepção do que significa ser branco e negro (Kauffman, 2001).

Existe um sistema de opressão por trás do privilégio, à medida que os brancos construíram uma imagem sobre si como bons, também criaram uma imagem dos não brancos de forma inferiorizada. As ideias da supremacia branca fazem parecer que o privilégio ocorre sem a participação do sujeito da dominação. Assim, é fundamental pensar que os brancos se beneficiam e tiram recursos dos não brancos, sendo responsáveis pela reprodução da injustiça material, mas não apenas de uma forma individual, em atos isolados, e sim em uma grande rede de práticas culturais (Applebaum, 2016).

O racismo pode se manifestar de forma aberta e intencional, como negar uma vaga de emprego por causa da raça, mas também pode ser encoberto em ações que criam uma atmosfera

racista na sociedade, pode se constituir em pequenos gestos, como uma pessoa negra estar em um espaço majoritariamente ocupado por brancos e receber olhares, que podem não ser hostis, mas denotam uma série de significados. A principal questão em torno dessas manifestações não é apenas o ato em si, é perceber que existe uma prática cultural mantida pelo grupo branco, que distingue os brancos e os negros com base nas suas raças, mesmo pessoas brancas bem-intencionadas desempenham papéis ativos na criação dessa atmosfera racista, como negar a realidade experimentada pelos não brancos, quando mencionam as experiências em que foram afetadas pelo racismo. Um dos desafios dos brancos em relação à raça é se ver como parte da estrutura racial, se ver como tendo uma cultura específica e uma posição na estrutura racial, e pensar o que se pode fazer a partir disso implementando iniciativas que contribuam para o reconhecimento das múltiplas identidades (Kauffman, 2001). Outro conceito que colabora na compreensão das engrenagens nas quais a branquitude se mantém é o conceito de “ignorância-branca”, que será analisado em seguida.

A ignorância é uma das estratégias de proteção do lugar da branquitude e dos privilégios, a ignorância não no sentido de falta de conhecimento, mas sim de um conjunto de estratégias criadas para manter o desconhecimento coletivo. Trata-se da estratégia de não saber, ou seja, não reconhecer o papel que a racialização humana desempenha na distribuição de poder dentro da sociedade. A ignorância-branca, permite que os brancos mantenham um senso de identidade sem preocupações estruturais com o racismo, permite que sejam confiantes mesmo sem ver o funcionamento do poder que os mantém à vontade com suas identidades não marcadas. Mesmo nos casos em que a identidade branca é atravessada por outras formas de diferença, tais como o gênero, a classe e a sexualidade, os brancos ainda dispõem estrategicamente do privilégio branco, mesmo que nem percebam isso (Mayo, 2004).

[...]Ignorância é normalmente pensada como o anverso passivo do conhecimento, o recuo sombrio antes da propagação do Esclarecimento. Mas... Imagine uma ignorância que resiste. Imagine uma ignorância que revida. Imagine uma ignorância militante, agressiva, que não deve ser intimidada, uma ignorância que é ativa, dinâmica, que se recusa a desaparecer tranquilamente – de modo algum confinada ao iletrado, ao sem educação, mas propagada nos níveis mais altos da terra, de fato se apresentando despudoradamente como conhecimento. (Mills, 2018, p.414)

De acordo com Mills (2018), a ignorância-branca é um fenômeno cognitivo atravessado pela linguagem, pois implica no compartilhamento de crenças em que a raça desempenha um papel determinante na distribuição de características de cada grupo. Neste sentido, quando um grupo é privilegiado, é em comparação com outro grupo. Esse processo

ocorre pela disseminação de desinformações através do pertencimento a um grupo, ou seja, o grupo branco compartilha informações estereotipadas sobre o grupo não branco, enquanto associa valores que socialmente são considerados importantes ao seu grupo.

A ignorância-branca é sistêmica, ela tem a funcionalidade de manter o privilégio invisível para aqueles que se beneficiam dele. A ignorância-branca é um padrão particular de disfunções cognitivas (que são psicologicamente e socialmente funcionais), produzindo a ideia que os brancos são incapazes de entender a desigualdade racial que eles mesmos produziram e reproduzem. Ela influencia em como alguém entende o mundo social, é um tipo de conhecimento que protege a injustiça racial sistêmica, e pode ser compartilhada também com o grupo não branco, levando em consideração que todos estão expostos a relações de poder e padrões de hegemonia ideológicas. O grupo branco tem o interesse em permanecer ignorante e não compreender a injustiça social, pois, com isso, sustenta a autoimagem de bons e éticos (Applebaum, 2016; Mills, 2018).

Existe uma minimização do papel ativo dos brancos na retirada de recursos dos não brancos, quando se apropriam de seu trabalho e constroem políticas que negam a plena participação das minorias na sociedade. Os livros didáticos, mídia, discursos, servem como mecanismos para omitir as ações dos grupos dominantes, além de serem meios pelos quais são difundidas ideias que reforçam a ignorância branca. A branquitude não é uma identidade como costumamos entender identidade, ela é também uma estratégia ideológica para manter, acumular e esconder seus privilégios, mesmo quando a branquitude parece ingênua, vários mecanismos operam para manter a autoproteção deste grupo. A branquitude conta com uma decisão ativa de manter a própria ignorância, promovida de forma coletiva por um sistema de socialização que favorece a ignorância (Mayo, 2004).

Assim, é importante pensar a ignorância branca não apenas de forma individual, pois os sujeitos estão constantemente em interação uns com os outros. Suas concepções, memórias e percepções são afetadas pela socialização, pois, desde que nascem, já são expostas as informações do meio ao qual fazem parte. Dentro da sociedade existe uma rede de informações verdadeiras, mas também falsas que não condizem com a realidade.

(...) por exemplo quando o agente cognitivo individual está percebendo, eles o fazem com olhos e ouvidos que foram socializados. A percepção também é em parte uma concepção, a observação do mundo através de uma rede conceitual particular. Inferência a partir da percepção envolve o apelo manifesto ou tácito à memória o qual não será meramente individual, mas social. (Mills, 2018, p. 424)

Neste sentido, nenhuma pessoa branca é moralmente inocente em relação ao racismo,

pois nenhum branco fica de fora do sistema de hierarquia racial, em pequena ou grande medida beneficia-se e isso resulta em contribuir com o racismo, sendo necessária a exploração dos bloqueios que inibem o reconhecimento e a análise da cumplicidade branca, a fim de construir práticas que desafiem o racismo, criando alianças entre os brancos e não brancos na desconstrução do racismo sistêmico (Applebaum, 2008).

Conforme Martins (2019), a branquitude e o racismo são conceitos tão próximos a ponto de serem confundidos. Embora sejam fenômenos próximos eles também são distintos, estando interrelacionados e se retroalimentando, uma vez que o racismo está naturalizado não se questiona o lugar de privilégio que o branco ocupa. Entendendo a branquitude enquanto uma parte importante na compreensão das dinâmicas de funcionamento do racismo, os próximos tópicos visam discutir aspectos conceituais do racismo e como ele se configura em uma sociedade multirracial como a brasileira.

1.4 Conceituando o racismo

O racismo é qualquer processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou grupo baseado na ideia de raça. Ocorre quando as características físicas são utilizadas como parâmetro de julgamento dos comportamentos, na tentativa de justificar os processos de dominação de um grupo sobre o outro, no qual o grupo dominante desenvolveu e propagou ideias de que sua raça possui características superiores. As premissas do racismo são tão difundidas que basta uma pessoa ver outra que tem características diferentes, como a cor da pele (marca externa), para vir à tona um pré-julgamento, uma percepção estereotipada, na lógica racista a aparência física define a cultura e a moral (marcas internas) daquele sujeito ou grupo racializado (Lima & Vala, 2004a).

De acordo com Antônio Sérgio Guimarães (1995), os traços que são utilizados para dividir as pessoas em categorias raciais, só têm significado no interior de uma ideologia racista que foi criada para essa função. Não existem argumentos visíveis que estabeleçam que uma cor, formato de nariz, cabelo, lábios sejam critérios de seleção de melhor ou pior, sendo assim, é por meio da criação de uma ideologia racista que as pessoas são classificadas hierarquicamente.

O racismo opera no sentido de criar traços físicos que diferenciam os grupos, e afirmar que essas características são suficientes para determinar a cultura, trata-se de um reducionismo do cultural ao biológico.

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado a partir da raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com

efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas e se situam numa escala de valores desiguais. Visto deste ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (Munanga, 2003, pp. 7-8)

Lima (2020), citando Hoyt Jr. (2012) propõe duas formas de conceber o racismo, primeiro uma noção operativa que enfatiza o “ismo”, nesse sentido o racismo seria uma doutrina, uma teoria, um sistema de crenças ou atitudes, um fenômeno cognitivo. Nessa perspectiva, a definição de racismo integra o preconceito racial. Na segunda forma de conceber o racismo, ele seria mais que um conjunto de crenças, uma ação, que gera um sistema de acessos desiguais ao poder, em que o grupo dominante causa prejuízo ao grupo racializado a fim de preservar status e privilégios. No racismo enquanto uma ação, não existe racismo de uma minoria contra uma maioria, pois quem detém o poder e os privilégios proporcionados por essa posição é a maioria, sendo que a maioria não é definida por questões numéricas e sim por monopolização de poder.

Em relação ao seu surgimento, constitui-se como um desafio para as ciências humanas estabelecer uma delimitação temporal sobre origem e desenvolvimento do racismo. Segundo Lima e Vala (2004a), o surgimento do preconceito e racismo podem ser atrelados a escravidão, embora pareçam ser tão antigos quanto as relações de poder entre os homens e sua necessidade de justificação dessas relações. Abordar essa temática implica, também, discutir sobre raça, conceito que tem uma relação direta com o racismo, pois, por meio dele, os seres humanos foram categorizados e hierarquizados de forma sistemática pela ciência.

A noção de raça como referência a distintas categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI. Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. (Almeida, 2019, p.18)

No século XX, começou-se a desmistificar a separação da humanidade em raças do ponto de vista biológico, pois as diferenças genéticas não eram suficientes para sustentar essa divisão. Notou-se que as diferenças em relação ao tamanho e formato do crânio estavam mais relacionadas a influências do meio ambiente. Com os avanços da genética humana e estudo dos elementos químicos do sangue, verificou-se que dois indivíduos pertencentes a uma mesma

raça poderiam ser mais distantes geneticamente que os pertencentes às raças diferentes. Ou seja, do ponto de vista biológico e científico, as raças não existem (Munanga, 2003).

As tentativas de organizar marcos temporais para o racismo devem apenas servir para a organização do pensamento; mas é crucial analisar que mesmo antes do desenvolvimento do conceito de raça, enquanto categorização das diferenças físicas entre os homens, já existia um racismo menos sistemático e em uma escala menor concentrado em algumas sociedades específicas: “Podemos dizer que já existia racismo na Antiguidade Greco-Romana, embora este não fosse de base biológica, pois não existiam divisões e hierarquias raciais naquela época; mas sim de base cultural, inferiorizando e biologizando a cultura dos escravos.” (Snowden, 1983 apud Lima, 2020, p.77).

Com o passar do tempo, o racismo foi se reconfigurando, tomando outras formas para continuar existindo. Em uma sociedade com tantos avanços, em que já se comprovou que biológica e cientificamente as raças não existem a fim de não perder os benefícios geradas pela hierarquia entre as raças, o racismo deixa de ser científico e passa a ser racismo social, baseado nas diferenças culturais, com a suposição que existem culturas mais avançadas que outras.

Este racismo que se pretende racional, individual, determinado, genotípico e fenotípico, transforma-se em racismo cultural. O objeto do racismo já não é o homem particular, mas uma certa forma de existir. Os “valores ocidentais” reúnem-se singularmente ao já célebre apelo à luta da “cruz contra o crescente”. (Ferreira, 2018, p.79)

Com os avanços das ideias de igualdade, o racismo foi tomando novas formas para evitar confrontos diretos com as normas e leis antirracista, pois chegou um dado momento que se tornou malvisto e sancionável destacar as diferenças e hierarquias de forma aberta: e o racismo passou a ser mais “sutil”. Situações como a Segunda Guerra Mundial, são exemplos de como a violência gerada por ideias de superioridade racial tomam grandes proporções culminando em genocídios. Em consequência, nesse período, ocorreram mudanças históricas significativas: surgiram movimentos em prol dos direitos civis, e a Declaração dos Direitos Humanos. A partir deste momento as formas de expressão do racismo mudaram e ele começou a se manifestar de forma menos aberta, surgem os chamados “racismo culturais” (Lima & Vala, 2004a).

Embora o racismo científico não tenha se sustentado, e biológica e cientificamente não existam diferenças o suficiente para produzir essa separação, o racismo e as categorizações raciais persistem no imaginário das pessoas, tendo como marcador as diferenças culturais e físicas observáveis, a cor da pele, formato do nariz, textura do cabelo, entre outros. Ele se reconfigurou e segue como uma ideologia utilizada para mascarar as relações de poder e dominação que geram desigualdade entre os brancos e não brancos, logo, se existe uma divisão

desigual de privilégios materiais e simbólicos, a ideologia-prática racista sustenta que essa desigualdade é produzida pela existência de raças e culturas superiores.

1.5 As particularidades do racismo no Brasil

O racismo não se manifestou de forma igual em todas as sociedades, em relação a essa questão podemos mencionar as relações raciais na América do Norte, e a forma como o racismo foi estruturado no Brasil. A princípio, grande parte das teorias utilizadas na explicação das relações raciais no Brasil foi importada dos Estados Unidos, pois lá já existia um campo de pesquisa científica consolidado sobre essa temática. Embora os dois países apresentassem certas particularidades, no modelo norte-americano, a violência era mais escancarada por meio de conflitos abertos, e o segregacionismo, conhecido como "Jim Crow" - a divisão das pessoas que eram consideradas de raças diferentes-, tinha regras bem definidas, o que não ocorria no Brasil, onde a miscigenação e a diversidade racial impossibilitavam essa separação. A assimilação de um modelo de outro país contribuiu para negar a existência de raças e racismo no Brasil (Guimarães, 1995).

A ideologia da miscigenação, o mito da democracia racial e o branqueamento foram projetos arquitetados pelas elites dominantes para negar a desigualdade racial no Brasil. Segundo Filho (2005) e Guimarães (2006), os intelectuais argumentavam que no Brasil não existia racismo, pois estava se formando uma única raça por meio da miscigenação que possibilitaria o branqueamento do país. Essa ideia de democracia racial chamou a atenção da Unesco que incentivou os estudos sobre relações raciais com o objetivo de esclarecer a situação racial do Brasil.

Segundo Andrews (1997), o Brasil é uma das maiores sociedades multirraciais do mundo e lar do maior componente isolado da diáspora africana além-mar. Durante a primeira metade do século XX, foi descrito como uma “democracia racial”, na qual negros e brancos viviam sob condições de igualdade jurídica e, em grande medida, social, mas, a partir da década 1940, a democracia racial passou a ser revista como sendo um mito, pois, desde aquela época até o presente, os Censos Demográficos vêm documentando que a desigualdade é um dado presente entre brancos e não-brancos em educação, no mercado de trabalho, renda e expectativa de vida.

Como destaca Santos et al. (2012), os estudos sobre as relações raciais no Brasil possibilitaram desmistificar a falsa ideia de que o país vivia em uma democracia racial em relação aos outros países. A elite dominante branca difundia essas ideias com o objetivo de

branquear o país e alcançar o progresso que a Europa havia conquistado, mas os estudos solicitados pela Unesco demonstraram que o Brasil estava longe de ser uma democracia racial, existindo um forte preconceito de cor que impossibilitava a ascensão social da população negra aos lugares de poder. Desses estudos surgiu o livro intitulado “Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo” (Bastide e Fernandes, 1955), e posteriormente o livro “O negro no mundo dos brancos.” (Fernandes, 1972), entre outros trabalhos iniciais que colaboram para compreensão da dinâmica racial do país.

A miscigenação juntamente com o branqueamento são mecanismos que servem para vender a ideia de que, no Brasil, não existe racismo. A miscigenação contribuiu, ao mesmo tempo, para a invisibilização simbólica dos brancos dentro da categoria racial e para o empardecimento fenotípico dos negros.

A questão é que o/a brasileiro/a branco/a se sente cada vez mais confortável em considerar a miscigenação, em reconhecer o “pé na senzala” ou “desenterrar a avó preta”, mas isso não ausenta o poder e/ou os privilégios do mesmo. Quero dizer que o racismo brasileiro não se concretiza em genética, em ancestralidade, na gota de sangue. Se reconfigura nas relações do olhar, da estética, sobretudo e todas as coisas da cor da pele [...]. (Lopes, 2014, p.49)

O branqueamento aqui é entendido como um conjunto de normas, valores e atitudes associados aos “brancos”, que as pessoas não brancas adotam ou incorporam como uma identidade racial positiva (Piza, 2000): “Cabe referir ainda que os brancos podem utilizar o branqueamento como forma de categorização e discriminação social. Nesse sentido, trata-se de uma associação da cor da pele ao status socioeconômico dos grupos” (Lima & Vala, 2004 b p. 149).

Maria Aparecida Silva Bento (2014a), menciona que o branqueamento é um fenômeno que atinge todos os brasileiros. Não são apenas os negros que incorporaram os ideais de branqueamento, o branco brasileiro desejava e deseja se tornar o mais próximo possível do europeu ou o norte-americano.

O estudo de França e Monteiro (2002) demonstra que desde cedo as crianças já vivenciam questões referentes ao branqueamento. Os autores realizaram um estudo sobre o efeito da cor da pele e da idade e como essas duas variáveis afetam as preferências raciais de 238 crianças brasileiras brancas, negras e pardas de cinco a dez anos. Obtiveram como resultado que crianças negras, brancas e pardas categorizam corretamente os grupos raciais, mais de 80% das crianças já aos cinco anos de idade são capazes de categorizar os grupos raciais estudados. Este índice chegou a 95% nas crianças de nove e dez anos de idade. Em relação a

autocategorização, o estudo comprovou que as crianças negras e pardas tinham a tendência para o branqueamento, ou seja, 60% das crianças negras e 40% das mulatas branquearam-se independentemente da idade.

Sendo assim a autoestima das crianças é afetada pela visão negativa da sociedade sobre o seu grupo de pertença racial, a utilização do branqueamento serviria para defender-se da carga estereotípica imposta à sua categoria racial. Os resultados indicam que dos cinco aos oito anos as crianças afirmam ser negras, mas não gostam de ser; aos nove e dez anos as crianças não aceitam a pertença, afirmam que são pardas e gostam de ser assim. Já a identidade das crianças pardas apresenta-se neutra, como um meio termo entre perceber-se positivamente e negativamente. E as crianças brancas, independentemente da idade, possuem uma identidade racial positiva (França & Monteiro, 2002).

Silva et al. (2021) replicou o estudo de França e Monteiro (2002) participaram do novo estudo trinta crianças, com idades entre 9 e 13 anos, sendo 33% brancos, 50% pardos e 17% negros. Os autores constataram a persistência na tendência ao autobranqueamento. As crianças heteroidentificadas como brancas identificaram-se com as fotografias de crianças brancas (90%) e a maior parte das crianças pardas identificaram-se com as crianças brancas (53,3%). A criança branca também foi indicada como preferida e detentora de características socialmente favoráveis, enquanto a criança negra foi preterida. A pesquisa teve um resultado diferente em relação às crianças heteroidentificadas pelos entrevistadores como pardas 26,6% apontaram ser semelhantes às fotografias de crianças negras. Demonstrando que estão ocorrendo mudanças significativas no combate ao racismo, que o surgimento de mais ações, políticas e estudos devem ser incentivados.

Segundo Lima e Vala (2004b), a desigualdade racial no Brasil perpassa também a questão econômica e a ideologia do branqueamento. As pessoas negras que fazem parte de uma camada da sociedade mais favorecida economicamente tendem a sofrer menos preconceito racial, pois o dinheiro na sociedade brasileira, fundamentada nos princípios capitalistas, representa status de poder. Mas o preconceito no Brasil não é apenas de classe, porque certas restrições atingem todos os negros, mesmo os mais ricos.

Embora a ideia de democracia racial tenha sido desmistificada, ela gerou uma série de crenças que dificultaram os avanços nas discussões sobre a temática, as pessoas atualmente ainda têm dificuldade em refletir criticamente sobre o racismo no Brasil, pois ter essa postura é se colocar como parte do problema.

Diversas pesquisas mostram que em torno de 90% dos entrevistados admitem que há racismo no Brasil, enquanto que menos de 10% se reconhecem como preconceituosos.

Esses resultados indicam que existe a crença de um preconceito generalizado na sociedade brasileira, mas que, individualmente, as pessoas não se julgam preconceituosas. (Nunes & Camino, 2011, p. 141)

O fator fundamental do racismo no Brasil é a negação, as pessoas não assumem o papel que desempenham na propagação do racismo. Elas não se reconhecem enquanto racistas, pois é mal visto socialmente se considerar racista, embora reconheçam a existência do racismo. Recentemente foi realizada uma pesquisa “Racismo no Brasil - e educação antirracista” que mostra que 8 em cada 10 brasileiros concordam que o Brasil é um país racista. Dados divulgados pela “Percepções sobre o racismo no Brasil” demonstram que 80% entendem que pessoas negras são tratadas de forma diferente pela polícia, mais de 50% afirmam ter presenciado cena de racismo e quase 90% concordam que pessoas pretas são as mais criminalizadas. Enquanto isso, o combate ao racismo nas escolas chega ao seu menor índice nos últimos 10 anos (Nery, 27/07/2023).

As discussões sobre relações raciais no país não são uma prática comum fora dos ciclos acadêmicos. Embora as pessoas reconheçam a existência do racismo, mas não conseguem se perceber fazendo parte da estrutura racista, dificultando os avanços e mudanças mais profundas nos índices de desigualdade. Ainda se prega o discurso do “somos todos iguais”, o que na prática não funciona visto que a categorização em raças ocorre, e proporciona privilégios como acesso ao mercado de trabalho, educação e saúde de formas desiguais. Outra forma de deslegitimar as consequências do racismo é desviar o assunto do racismo para a classe, propagando que a desigualdade econômica é uma questão mais emergente e explicável pela desigualdade social. Trata-se, de uma forma de esconder o racismo: “Desse modo, a simetria entre o discurso classista e racial no Brasil, quando percebida, foi falsamente tomada como prova da insignificância das “raças”” (Guimarães, 1995, p. 28).

Em relação a desigualdade econômica a distribuição de recursos entre o grupo branco e negro vem sendo desigual desde o período escravista. Nunes e Camino (2011), citando Silva e Rosenberg (2008), mencionam que, após a abolição da escravidão, as relações entre brancos e negros ficaram marcadas por três processos principais: (a) O país não adotou legislação de segregação étnico-racial (diferentemente dos EUA e da África do Sul), não ocorrendo, portanto, definição legal da pertença racial; (b) O país não desenvolveu uma política de integração dos negros recém-libertos na sociedade, o que fortaleceu as desigualdades entre brancos e negros que se mantém até os dias atuais; (c) O país incentivou a imigração europeia branca objetivando o branqueamento da população através das ideias eugenistas desenvolvidas na Europa do século XIX.

Diante do que foi discutido, é perceptível que a branquitude e o racismo são fenômenos relacionados. Embora também sejam fenômenos distintos, as discussões em torno de ambos são fundamentais, no sentido de contribuir para os avanços do conhecimento sobre esses fenômenos que estão em constante mudança, com o objetivo de desenvolvimento de consciência crítica, pois o racismo é um problema de todos. Trabalhos que investigam o racismo e a branquitude são de fundamental importância. Assim, levando em consideração que a branquitude é um tema complexo que despertou o interesse acadêmico, o objetivo do próximo capítulo é realizar uma revisão integrativa sobre branquitude e saber como esse tema tem sido estudado no Brasil.

2. REVISÃO INTEGRATIVA DE ESTUDOS SOBRE BRANQUITUDE NO BRASIL

No capítulo anterior foi abordado brevemente sobre o percurso histórico dos estudos da branquitude, e sobre conceitos que são importantes para o seu entendimento sendo eles: “fragilidade branca”, privilégio branco, ignorância branca. Também foi feita uma introdução sobre as particularidades do racismo no Brasil, visto que o racismo e a branquitude são conceitos diferentes, mas que se inter cruzam. O presente capítulo é referente a Revisão Integrativa realizada com o objetivo de entender como está a produção brasileira de estudos sobre branquitude.

A branquitude é um construto ideológico complexo, que se fundamenta na ideia de raças superiores e inferiores, em que os brancos ocupam o topo da pirâmide hierárquica, obtendo com isso privilégios materiais e simbólicos (Schucman, 2014). A construção histórica da ideia de raça possibilitou que a humanidade fosse dividida e categorizada em grupos nos quais suas diferenças foram e são essencializadas e utilizadas para sustentar um sistema desigual, que proporciona privilégios ao grupo branco e opressão ao grupo não branco.

Ser branco, ou seja, ocupar o lugar simbólico de branquitude, não é algo estabelecido por questões genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam. Desta forma, a branquitude precisa ser considerada “como a posição do sujeito”, sugerida na confluência de eventos históricos e políticos determináveis. (Steyn 2004, citado por Schucaman, 2014, p. 84)

É importante salientar que a análise da branquitude deve ser entendida como parte mais ampla do debate político e científico contra o racismo, afirmando o compromisso de trazer o branco para a discussão sobre a desigualdade racial, procurando entender as posições e ações sociais que colaboram para a manutenção da hierarquia entre o grupo branco e o não branco (Corossacz, 2014). Levando em consideração que a cor da pele e as características fenotípicas, no Brasil, são marcadores para o racismo e influenciam em questões como a desigualdade social, surge a necessidade de abordar essa temática. Pesquisar branquitude é importante, pois apesar de ser uma temática que atravessa o campo das relações raciais, a população branca é pouco ou nada questionada sobre a sua cor e sobre os espaços que ocupa socioeconomicamente. Além disso, as discussões e descobertas sobre os processos que compõem a branquitude, ampliam o debate sobre o racismo e formas de combatê-lo.

Segundo Santiago (2019), poucos estudos acadêmicos foram desenvolvidos sobre branquitude no Brasil, esse tema ainda é um campo de análise pouco explorado. As raras discussões sobre branquitude podem ser analisadas pela perspectiva de que o foco sobre a

temática do racismo no Brasil se concentra em torno do “problema do negro”, existe um silêncio em torno do papel dos sujeitos brancos no processo de manutenção das desigualdades raciais.

Além do silêncio, outro aspecto marcante da branquitude é a noção de raça, embora a crença na existência de raças seja fundamental nos fenômenos da branquitude e do racismo, este conceito não é associado às pessoas brancas, ou seja, predomina a lógica de “branco não tem cor”, nesta perspectiva quem tem raça são os outros. A raça é um elemento forjado historicamente que foi utilizado para produzir diferenças, legitimar hierarquias e sustentar privilégios (Rex, 1986). As pessoas brancas na maioria das vezes não se enxergam como indivíduos racializados, isto é, ser branco é ocupar o lugar simbólico da branquitude que é considerada como a identidade padrão, (auto)representada como ser humano “ideal” ao qual a ideia de raça não é vinculada. Dito de outra forma, os brancos não são racializados, sua raça não é apontada nas relações cotidianas.

No Brasil, as discussões sobre relações raciais têm peculiaridades geradas pela diversidade de fenótipos. No senso comum ainda surgem questionamentos sobre quem seriam os brancos e os negros, sendo a miscigenação sempre evidenciada nesses debates muitas vezes de forma a-crítica. Corossacz (2014), menciona que a mestiçagem é uma característica da sociedade brasileira que é utilizada para tornar os brancos pouco “visíveis”. Entretanto, a mestiçagem não impede a classificação racial do grupo branco, pois os brancos no Brasil são brancos nas relações cotidianas. Embora sejam mestiços na genética, nas relações sociais os brancos se apropriam de privilégios. Ser branco no Brasil não exclui ter descendência negra, basta ter feições europeias, pele clara e cabelo liso que já é o suficiente para ser classificado como branco, garantindo uma certa vantagem e abrindo portas, seja no acesso à educação, mercado de trabalho, entre outros (Schucaman, 2014).

Classicamente, a noção de branquitude se baseia no conceito de raça, focando a ideia de superioridade de uma raça em relação à outra. Todavia, desde a década de 1950 que tal noção vem sendo questionada e invalidada do ponto de vista da Biologia. Munanga (2003), menciona que biologicamente e cientificamente as raças não existem, pois não existem diferenças suficientes para justificar essa divisão. A invalidação científica do conceito de raça não significa que todos os indivíduos sejam geneticamente iguais, e sim que essas diferenças não são o bastante para classificar as pessoas em raças diferentes, muito menos para acreditar que uma raça seja superior à outra. Portanto, é nas relações sociais que a crença em diferenças raciais ou étnicas se configura:

Se podemos dizer, para facilidade de exposição, que as teorias justificativas envolvem sempre mentiras, então a mentira é diferente nos dois casos. No caso racial ela afirma

falsamente que as diferenças físicas, que são reais, têm correlatos comportamentais ou psicológicos. No caso étnico, ela afirma que as diferenças culturais e de comportamento são determinadas geneticamente. (Rex, 1986, p. 41)

Com base nessas análises e considerando as peculiaridades históricas geradas no Brasil pelo mito da democracia racial, miscigenação e ideologia do branqueamento, o objetivo geral deste trabalho é apresentar uma revisão integrativa sobre a branquitude no Brasil, elencando publicações científicas em diferentes áreas do conhecimento. De forma específica, busca-se compreender como a branquitude tem sido pesquisada e abordada, verificar quais teorias têm sido utilizadas para analisar a branquitude, que tipo de métodos têm sido adotados, quais são os resultados encontrados, identificar possíveis lacunas teóricas e refletir sobre as contribuições que o estudo crítico da branquitude pode oferecer no campo das relações raciais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

Estratégia de busca

A realização desta revisão integrativa iniciou-se com a formulação de um objeto de estudo que ficou definido como “branquitude”. Este mesmo termo foi utilizado nas bases de dados no dia 08 de abril de 2021, a fim de localizar os materiais necessários para o início do trabalho. As bases de dados selecionadas para a pesquisa foram: Psychinfo, BVS Psi (biblioteca virtual em saúde - psicologia), SciELO (Scientific Eletronic Library Online) e periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

CrITÉrios de Inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão dos artigos definidos para esta revisão integrativa foram: apresentar o termo branquitude no título, artigos revisados por pares e analisar a branquitude no contexto brasileiro. Já o critério de exclusão foi: não possuir arquivo completo. Decidiu-se não delimitar na busca o período de publicação. O idioma dos artigos também não foi utilizado como critério de exclusão. Apenas um artigo em outra língua, o espanhol, foi encontrado.

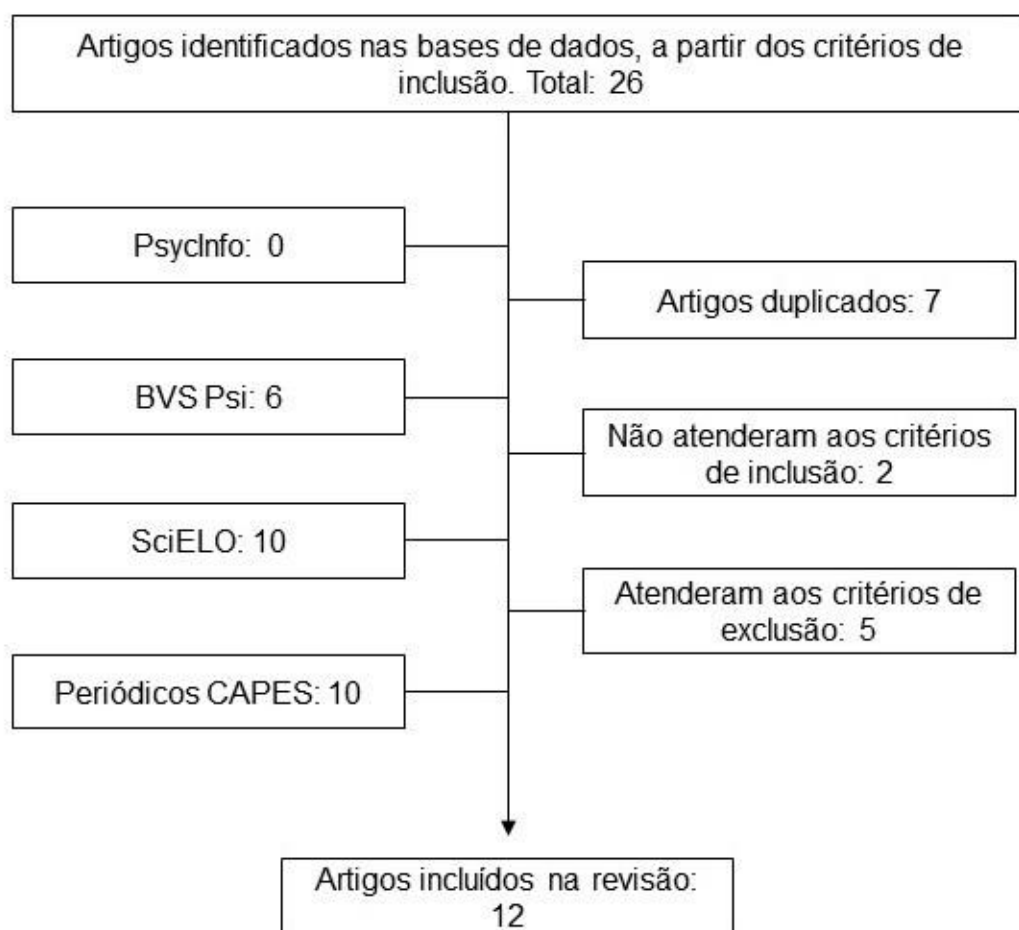
Procedimento de Coleta de Dados

Inicialmente foi realizado um levantamento com todos os artigos encontrados nas bases de dados. Após a análise dos títulos foram excluídos os artigos repetidos, em seguida os resumos foram lidos, a fim de saber se os artigos atendiam aos critérios de inclusão. Posteriormente o material foi lido integralmente. A pesquisa nas bases de dados foi realizada por dois juízes independentes, não houve discordância em relação aos dados encontrados.

A busca inicial resultou na identificação de 200 publicações, após a aplicação dos filtros o número diminuiu para 26 trabalhos. Em seguida foram removidas as produções duplicadas (7), às que não atenderam aos critérios de inclusão (2) e as que atenderam aos critérios de exclusão (5) trabalhos, restando 12 artigos a serem analisados. Na base de dados Psycinfo, não foi encontrado nenhum resultado para o termo branquitude. Na BVS Psi, encontrou-se seis artigos, quatro foram removidos pois atenderam ao critério de exclusão; na Scielo localizou-se dez artigos, um foi removido por ser um estudo realizado na Argentina, outro artigo foi retirado por ser duplicado e outro atendeu ao critério de exclusão, restando sete artigos. Nos periódicos CAPES obteve-se o resultado de 184 trabalhos após a utilização dos filtros diminuiu para onze artigos, restando três, os demais foram removidos por já terem sido encontrados nas bases anteriores.

Figura 1

Fluxograma de seleção dos artigos.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta os artigos selecionados, destacando-se áreas do conhecimento, objetivos, perspectivas adotadas na análise, e contribuições dos estudos.

Quadro 1

Artigos encontrados em função das áreas do conhecimento, objetivos, perspectivas adotadas na análise e contribuições dos estudos.

Título/Autor	Objetivo	Área de conhecimento/Natureza do estudo	Teorias ou perspectivas adotadas na análise	Contribuições do estudo/ principais resultados
Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. Cardoso (2010)	“Salientar a importância de distinguirem a branquitude crítica e a branquitude acrítica.”	Sociologia/ Teórico	Branquitude crítica Branquitude acrítica.	O artigo contribui no entendimento da branquitude crítica e acrítica, deixando evidente que ambas significam lugar de privilégio, a diferença é que a branquitude crítica geralmente não faz uma reflexão profunda sobre sua identidade racial, enquanto que a branquitude acrítica apesar de não reconhecer que possui raça/etnia, faz questão de visibilizar sua pertença racial para destacar o lugar hierárquico que os brancos ocupam.
O imaginário da branquitude à luz da trajetória de grande Otelo: Raça, persona, e estereótipos em sua performance artística. Hirano (2012)	“Esboçar a trajetória de mais de 70 anos de Sebastião de Souza Prata, Grande Otelo, em diálogo com diferentes períodos do cinema brasileiro e com debates raciais no Brasil.”	Antropologia/ Empírico	Pesquisa sócio-histórica	O ator Grande Otelo conseguiu transcender ao processo que reduzia o intérprete negro à sua atribuição racial, em uma sociedade que o espaço destinado aos negros nas mídias era e é muito menor que o espaço que os brancos se apropriam, além da reduzida visibilidade o espaço destinado aos negros é carregado de estereótipos, Grande Otelo conseguiu superar em partes essas barreiras, mas isso não ocorreu por uma mudança ampla no imaginário racial, e sim pela singularidade da sua trajetória.
Branquitude e progresso: a liga Paulistana de Higiene Mental e os discursos	“Analisar como a política racial implementada na cidade de São	Psicologia/ Empírico	Psicologia social.	A crença sobre superioridade racial dos brancos aclamada pelos intelectuais do século XX baseadas na eugenia, ainda está presente no imaginário da população paulistana

paulistanos na contemporaneidade. Serra e Schucman (2012)	Paulo, no início do século 20, se reatualiza nas ideias e nas representações de progresso e desenvolvimento na metrópole paulistana. ”			contemporânea, seus significados interferem nas suas escolhas afetivas, modos de enxergar o branco e o negro.
“Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude Paulistana” Schucman (2014)	“Investigar de que forma as ideias de raça e racismo operam na construção da identidade racial branca. ”	Psicologia/ Empírico	Psicologia social. Psicologia sócio-histórica.	A superioridade estética é um dos traços principais da branquitude no Brasil. Os brancos estão inseridos em um processo psicossocial resultante de mediações que não favorecem a desconstrução do valor estético, moral e intelectual atribuídos a identidade branca; os brancos permanecem compartilhando dessas ideias de supremacia branca, e com isso obtém privilégios, para que aja mudança é necessária consciência de racialidade e uma mudança cultural na sociedade.
Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. Corossacz (2014)	“Compreender a branquitude para avançar no estudo do racismo na sociedade brasileira. ”	Antropologia/ Empírico	Abordagem biográfica. Pesquisa etnográfica.	A branquitude é permeada por intersecções das hierarquias de classe, cor e gênero. No Brasil a classe social é ressaltada para invisibilizar os privilégios da branquitude, a retorica de que branco pobre não tem privilégios. No estudo as pessoas negras aparecem na vida dos participantes brancos de classe média-alta em posições subornadas, os entrevistados não veem as consequências das intersecções para sua posição social, se tornando neutro o homem branco heterossexual de classe abastada, existe um vazio em torno da branquitude para os brancos.

Imagem, branqueamento e branquitude nas escolas de educação infantil. Souza e Dinis (2018)	“Investigar das produções imagéticas que ornamentam os espaços das instituições de educação infantil, particularmente painéis, fotos, gravura e como estas imagens representam uma relação de saber e poder sobre processos racistas de branqueamento nas instituições de educação infantil.”	Educação/ Empírico	Representações sociais.	Ressalta uma nova maneira de racismo, o branqueamento com base em imagens, nesse sentindo as crianças constroem sua identidade racial em uma ambiente escolar que reforça a supremacia branca, imagens propagadas nas escolas os brancos estão em destaque em instituições que a maioria dos alunos não é branco, ou colocando imagens estereotipadas da mulher negra sendo ligada a questão sexual e do homem ao futebol, e na maior parte das vezes pela ausência dos grupos raciais (negro, indígena, oriental). Evidenciando a necessidade de formação continuada desses profissionais da educação.
Branquitude e creche: inquietações de um pesquisador branco. Santiago (2019)	“Explorar os aspectos relativos às (re)interpretações das crianças pequenininhas, negras e brancas, de 0 a 3 anos, de um coletivo infantil em uma creche pública, acerca das intersecções das práticas racistas e sexistas.”	Educação/ Empírico	Pesquisa etnográfica. Sociologia da infância.	A branquitude na educação infantil cotidianamente reforça o lugar privilegiado do branco, por meio da colonialidade do saber as crianças da creche só tem contato com histórias, estilos estéticos e experiências afetivas da perspectiva eurocêntrica, são privados do contato com outros segmentos, dessa forma a falta de educação para as relações raciais reforça as hierarquias existentes na sociedade.

Curtas metragens e narrativas docentes: problematizando diferença racial e branquitude. Zubaran e Cruz (2020)	“Mapear e problematizar discursos e representações recorrentes acerca da diferença racial e da branquitude em entrevistas com professoras da educação básica, a partir da visualização de dois curtas metragens: Cores e botas (Vicente, 2010) e Pode me chamar de Nadí (Cardoso, 2009).”	Educação/ Empírico	Estudos culturais em educação. Representações da linguagem e identidade.	Os discursos e imagens da branquitude propagados nas escolas afetam a autoestima das pessoas que não tem as características fenotípicas consideradas padrão, daí surge a importância de intervenções pedagógicas que problematizem a construção das diferenças na escola, e busquem ressignificar as ideias em torno da branquitude para pensar alternativas que garantam a preservação da autoestima dos alunos. Neste sentido, a utilização de curtas metragens contribui para a reflexão sobre o impacto das representações da branquitude na constituição das identidades, é um dos recursos que podem contribuir para tornar as discussões mais didáticas.
Branquitude, discursos e representações de mulheres negras no ambiente acadêmico da UFBA. Oliveira e Resende (2020)	“Investigar como estudantes brancos/as da UFBA constroem imagens de mulheres negras por meio dos recursos do discurso.”	Letras/ Empírico	Análise discursiva crítica.	A percepção do privilégio branco, ainda é permeada de ideias que podem fundamentar práticas e discursos racistas, exemplo quando as pessoas brancas citam as lacunas na lei das cotas, a fim de tentar deslegitimar a lei, conscientemente ou inconscientemente elas procuram proteger o status quo do seu grupo. Também quando pensam que o privilégio branco é apenas não sofrer racismo, demonstrando uma falta de reflexão crítica. No estudo em questão, a percepção das mulheres brancas sobre as negras é carregada de estereótipos camuflados pelos discursos. O movimento negro luta pela valorização e autoestima das pessoas negras, essa luta gera reações violentas no sentido de manter os privilégios brancos.

Europeus e norte-americanos no litoral Sul da Bahia: branquitude e novas colonizações no paraíso tropical. Jesus e Oliveira (2020)	“Analisar as expressões e tensões entre branquitude e identidade afro-brasileira num território litorâneo da Mata Atlântica, no sul da Bahia.”	Letras/ Empírico	Estudo-reflexão.	O advento da migração, internacional e nacional para o território da Vila de Serra Grande, deve ser analisando também pela perspectiva das relações étnico-raciais, considerando os sujeitos que imigram majoritariamente brancos, e o território que escolhem, levando em conta as populações nativas locais historicamente ligadas à esse território e à sua formação negro-indígenas, sendo a migração um fenômeno repleto de sentidos que podem ser ligados a expressões do colonialismo ainda presentes na contemporaneidade.
Subjetivación de la blanquitud por jóvenes universitarios: un estudio comparativo. Ortiz-Piedrahíta (2020)	“Repensar as relações raciais brasileiras e colombianas a partir do estudo da subjetividade da identidade branca por estudantes da Universidade de Antioquia (Colômbia) e da Universidade de Brasília (Brasil).”	Ciências sociais/ Empírico	Estudo comparativo.	Aponta que no estudo em questão a educação se apresentou como mecanismo para a formação de uma identidade branca crítica não essencialista. Os estudantes, tanto brasileiros como colombianos interpretam a branquitude pela perspectiva racial da cor da pele do que em termos étnicos, embora os estudantes estejam numa perspectiva mais crítica da branquitude os valores positivos ainda são mais relacionados às pessoas brancas, e quando se identificam como brancos mestiços no fundo querem se livrar da responsabilidade social que implica classificar-se como branco privilegiado.
Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia. Eurico et al. (2021)	“Examinar aspectos das desigualdades social, racial e de gênero que a pandemia do novo coronavírus	Serviço social/ Empírico	Análise da realidade social	A desproteção social é um projeto, que determina o lugar hierárquico na divisão de riquezas e trabalho tendo como fator determinante a questão sexual e racial, sendo que a questão racial precisa ser objeto central das políticas sociais, pois o racismo estrutura a sociedade de classes, é necessário

escancarou.”

combater as hierarquias de gênero, classe e raça para construir uma sociedade livre de todas as formas de exploração.

A análise dos artigos encontrados, mostrou que o tema branquitude é de interesse de áreas distintas do conhecimento. Em relação ao período de publicação como pode ser observado no quadro 1, o número de publicações não seguiu um padrão linear ao longo dos anos, tendo apresentado um aumento nos últimos anos, embora ainda pequeno dado a importância da temática.

Um dos objetivos desta revisão integrativa era encontrar lacunas teóricas nos estudos que tratam da branquitude. A principal lacuna foi o número pequeno de trabalhos recuperados levando em consideração a importância que essa temática tem para o entendimento das relações raciais. Também não foram encontrados estudos quantitativos que façam uso de instrumentos que permitam uma investigação mais ampla do fenômeno. Em um dos artigos analisados, foi mencionada outra lacuna, a falta de estudos sobre branquitude acrítica, a branquitude acrítica é aquela que argumenta a favor da superioridade racial branca, é importante que existam estudos sobre branquitude acrítica, pois todos os estudos estão voltados para a branquitude crítica não existindo uma distinção sobre a multiplicidade da identidade branca (Cardoso, 2010).

Em relação à natureza dos estudos, (11) onze são empíricos e (1) um é teórico, o de Cardoso (2010). Dos trabalhos analisados, a área da educação foi a mais utilizada, seguida da psicologia. Em relação aos 11 artigos empíricos, todos utilizaram o método qualitativo de coleta ou geração de dados, não foi encontrada nenhuma pesquisa quantitativa. A maioria deles (07) empregou a entrevista como instrumento de coleta de dados Corossacz (2014); Portiz-Piedrahíta (2020); Santiago (2019); Schucman (2014); e Serra e Schucman (2012). Além da entrevista foram usados como instrumentos complementares dois filmes curtas metragens (*“Cores e botas”* e *“Pode me chamar de Nadi”*) Zubaran e Cruz (2020). Outro utilizou como instrumentos questionário e grupo focal Oliveira e Resende (2020). Os demais estudos são revisões bibliográficas, fazendo uso das teorias para realizar uma reflexão crítica sobre a branquitude em diferentes contextos.

Em relação aos participantes dos estudos, dois optaram por selecionar cidadãos brancos Schucman (2014); Serra e Schucman (2012) ambos selecionaram seis participantes; dois foram com estudantes universitários Oliveira e Resende (2020) utilizaram recorte de uma pesquisa mais ampla com a participação de três estudantes autodeclaradas brancas em um grupo focal e o questionário realizado com cinquenta e dois estudantes, vinte e cinco negros, dezesseis brancos, dez pardos e um que não se indentificou com nenhuma raça; no estudo de Ortiz-Piedrahíta (2020) participaram dezoito estudantes autodeclarados brancos; um contou com a participação de coletivo de crianças de zero a três anos e docentes Santiago (2019); um com sete professores da educação básica Zubaran e Cruz (2020), e um com vinte e um homens brancos de classe

média-alta Corassacz (2014).

No que diz respeito à temática dos estudos, após a leitura dos resumos, palavras-chaves e textos completos, foi possível constatar que o racismo e a noção de raça são abordados como fenômenos centrais para a compreensão da branquitude Schucman (2014); Serra e Schucman (2012); Cardoso (2010); Fornazier, et al. (2021); e Corossacz (2014). Mesmo os trabalhos que não citaram o racismo nas palavras-chaves apresentaram análise sobre racismo no corpo do texto direta ou indiretamente.

Descrição das categorias temáticas

Após a análise temática dos artigos selecionados sobre branquitude, o conteúdo foi agrupado em cinco categorias temáticas 1) Aspectos subjetivos da branquitude; 2) Branquitude e intersecções; 3) Branquitude e poder no contexto escolar; 4) Perspectiva histórica da branquitude e 5) Conflitos, silenciamento e branquitude.

Categoria 1 – Aspectos subjetivos da branquitude

Nessa categoria temática foram agrupados artigos que levam em consideração a constituição subjetiva da branquitude. No estudo de Schucman (2011), foi identificado que as ideias de raça e racismo ainda operam na construção da identidade branca, de uma forma que a branquitude é apresentada por meio de uma ideia de superioridade estética, moral e intelectual. A ideia de superioridade estética é reforçada pelos padrões de beleza e se configura em um dos traços fundamentais da construção da branquitude no Brasil. Em relação à superioridade moral os brancos paulistas que fizeram parte do estudo, apresentaram como motivos principais para as desigualdades sociais a ideia de culturas inferiores e superiores, substituindo a ideia de raças inferiores e superiores, à semelhança do que argumenta Rex (1986) sobre a construção ideológica do conceito de etnia em substituição ao de raça. Nessa linha interpretativa, ser branco ainda é ligado a atitudes comportamentais.

O texto refere a existência de diferentes formas de racismo, um deles é o racismo biológico que justifica as hierarquias sociais por meio da raça, e diferencia os grupos através de características físicas herdadas como cor da pele, textura do cabelo, formato do nariz, entre outros aspectos. Outra forma seria o racismo cultural, que é visto como o “novo racismo”, pois apresenta-se como um *racismo sem raças*, em que as hierarquias sociais se justificariam por meio de uma ideia essencialista de diferenças culturais, linguísticas, religiosas, e de modos de vida (diferenças étnicas), que são vistos como inferiores. Entretanto, o racismo cultural não se

desvincula do racismo biológico, pois a racialização da diferença continua sendo o fator fundamental na classificação dos grupos como superiores e inferiores (Lima, 2020).

Raça e racismo são marcadores fundamentais no entendimento da branquitude e da formação identitária das pessoas que vivem em sociedades estruturadas por um sistema racista. Pensando nesse sentido, Cardoso (2010), propõe os conceitos de branquitude crítica e branquitude acrítica, e faz uma importante distinção entre os dois tipos de branquitude, pois a identidade branca não é única, cada sujeito a experimenta de uma forma particular. A branquitude é plural, nesse sentido as pessoas apresentam diferentes manifestações de racismo. Da mesma forma que se faz necessário distinguir as diferentes formas de racismo, também é fundamental diferenciar as diferentes formas de branquitude, e o conceito de branquitude crítica e acrítica é uma possibilidade de se pensar essa distinção.

A branquitude crítica seria composta por aquelas pessoas brancas que desaprovam o racismo publicamente. É importante mencionar que por mais que o sujeito assuma esse discurso de desaprovação pública, esta nem sempre ocorre no espaço privado. Por vezes, o racismo pode ser desmentido, ironizado, minimizado, a exemplo das piadas racistas contadas entre amigos. A branquitude crítica não leva a uma reflexão profunda sobre a identidade racial branca, mesmo tendo uma postura menos racista que a acrítica. Quando questionados de forma mais sistemática os brancos críticos demonstram que ainda não dispõem de uma postura antirracista que os conduza a uma mobilização em direção a mudanças sociais significativas (Cardoso, 2010).

A branquitude acrítica, por sua vez, não admite seu racismo, pois sustenta que ser branco é uma condição especial, aceitando e concordando com a hierarquia existente entre os brancos e não brancos. É um tipo de branquitude que utiliza a raça para praticar atos violentos, que vão desde xingamentos, nas esferas pública e privada, agressões físicas e até homicídios. Exemplo de branquitude acrítica seriam os *skinheads*, grupos ou pessoas que defendem a supremacia branca e são capazes de práticas extremamente violentas. Importante destacar que ambas as formas de branquitude, crítica e acrítica, significam lugar de privilégio para os brancos (Cardoso, 2010).

Categoria 2 – Branquitude e intersecções

Nessa categoria temática predominaram estudos que abordam a relação da branquitude com outras categorias de análise como classe e gênero, ressaltando as características e condições que levam as pessoas a se identificarem como brancas. Ortiz-Piedrahita (2020),

realizou um estudo comparativo da construção da subjetividade e da identidade branca de jovens universitários de Brasília e Medellín. O fator predominante apontado para o reconhecimento da raça das pessoas foi a cor da pele, a branquitude se relaciona mais com uma questão fenotípica e de classe social, uma pessoa com a cor da pele relativamente clara mesmo que tenha ascendência indígena ou negra pode autorreconhecer-se e ser reconhecida como branca. Portanto, a classificação da branquitude é poliforme, recebe múltiplas nomeações e sentidos, se relacionando também com intersecções como gênero e classe. O estudo encontrou também como resultado que quando se fala em valores como empreendedorismo, disciplina ou prosperidade econômica, os valores positivos são associados às pessoas de cor da pele clara ou branca:

En último lugar, se reconoció que la condición de mestizo blanco en Brasil y Colombia es ambigua, ya que, por una parte, las personas que se identifican como mestizas blancas, al reconocer su ascendencia negra o indígena, en el fondo quieren liberarse de la responsabilidad social que implica calificarse de blanco privilegiado. (Ortiz-Piedrahíta, 2020, p. 20)

Os privilégios da branquitude também são atravessados por questões de gênero, status, classe social, entre outros. Existem diversas formas de vivenciar a identidade branca. É possível afirmar que existem pessoas que são percebidas como mais brancas que outras, por exemplo homem branco rico é percebido como mais branco que um homem branco pobre. Existe uma pirâmide hierárquica dentro da própria branquitude, mas independente dos atravessamentos que essa identidade possui, o principal aspecto em comum evidenciado pelos pesquisadores é o privilégio que o grupo branco obtém em uma sociedade racista, tanto no Brasil como em outros países (Cardoso, 2010).

No artigo de Corossacz (2014), a branquitude é analisada através das falas de 21 homens brancos de classe média-alta entrevistados. A intersecção das hierarquias de classe, cor e gênero apresentam-se como um fator central na discussão. Isto é, as pessoas identificadas como negras aparecem em posições subordinadas, em serviços e trabalhos manuais, em que as relações afetivas são de intimidade e desigualdade ao mesmo tempo.

Em particular, a relação social entre o homem branco em condição abastada e a mulher negra e pobre, empregada nos trabalhos domésticos e nas tarefas de cuidado, evoca um modelo tradicional de relações sociais entre cores, gêneros e classes que tem suas origens no Brasil colonial, aquele entre o descendente de colonos portugueses ou europeus e a sua família, e uma ou mais escravas de origem africana, que trabalhava e vivia em sua casa, também cuidando das crianças. (Corossacz, 2014, p. 51)

A população negra ainda aparece como sendo maioria que desempenha trabalhos manuais, com menores salários e exercendo cargos de menor prestígio social. Colocando a questão de gênero na análise, as mulheres negras se comparadas às brancas e aos homens estão em uma desvantagem ainda maior, isso acontece em decorrência do racismo e machismo que favorece um grupo e desvaloriza o outro.

Oliveira e Resende (2020), na sua pesquisa com estudantes universitárias para saber a percepção das mulheres brancas sobre as negras, utilizando o método análise do discurso, menciona que as pessoas brancas reconhecem o racismo mas por vezes tem uma percepção naturalizada da desigualdade gerada pela ideia de raça, além de reproduzirem os discursos da miscigenação e da democracia racial para camuflar a hierarquia existente. No estudo, os autores obtiveram como resultado que as mulheres brancas reconhecem os estereótipos criados em relação às mulheres negras, apontando que elas são objetificadas, por exemplo: “o tipo físico sempre foi sexualizado pela mídia”. Mas no discurso não é possível identificar quem sexualiza, e o branco permanece assim ausente na discussão sobre relações raciais.

Mesmo com a percepção do racismo e do privilégio branco, os discursos são carregados de atenuantes que possibilitam o apagamento do branco das discussões, adjuntos adverbiais também contribuem para ocultação e sentidos dos atores sociais, entre outros recursos da língua portuguesa que podem servir como armadilhas para propagação de discursos pouco conscientes sobre diversos assuntos importantes como as desigualdades de gênero, raça, e social.

Categoria 3 – Branquitude e poder no contexto escolar

Neste tópico ficaram agrupados os trabalhos que analisam a branquitude utilizando como campo de estudo as escolas. As instituições também colaboram com a manutenção da desigualdade racial, uma delas é a escola que desempenha um papel fundamental na formação das pessoas.

O imaginário da branquitude também está presente no cotidiano da creche, em que o branco aparece como modelo universal de humanidade, alvo da inveja e do desejo dos demais grupos raciais, vistos como menos humanos. A branquitude é uma invenção das elites brancas, que argumentam que a discriminação racial é um problema exclusivamente do negro, culpabilizando-os pela discriminação que sofrem, desvalorizam o outro grupo construindo uma imagem negativa que afeta sua autoestima, na medida em que se isentam da sua responsabilidade, justificando assim a desigualdade racial (Santiago, 2019). Para este autor, as crianças desde cedo já se deparam com a branquitude nas creches, sendo possível observar a desigualdade racial desde a educação infantil. A branquitude se apresenta enquanto práticas de

poder que se configuram na construção da identidade branca de forma positiva. As crianças são expostas a livros e imagens que supervalorizam os brancos; enquanto materiais didáticos e lúdicos que tratam dos indígenas, negros, ciganos, entre outros segmentos da diversidade étnico-racial, não estão disponíveis, aumentando a percepção de que os brancos são a regra ou o modelo. São nesses espaços que se constroem conceitos que formarão as crianças que posteriormente serão adultas. As imagens perpassadas nesses espaços permitem que a identidade branca vá sendo difundida simbolicamente associada à noção de que os brancos representam toda a humanidade.

As crianças brancas pequenas já contam com privilégios decorrentes da branquitude. A figura do homem branco funcionário da escola: coordenador, diretor, entre outros, transmite às crianças a ideia de controle e vigilância, sendo que geralmente quem exerce o poder é o homem branco ocupando cargos que têm status social; e o espaço escolar e seus ornamentos também ajudam a transmitir a supremacia racial, os cartazes da escola passam uma imagem estereotipada dos grupos minoritários. Na escola em que foi realizado o estudo de Santiago (2019), em uma campanha educativa sobre desperdício de água, o menino negro é retratado no cartaz como mal-educado que desperdiça a água; enquanto o menino branco é retratado como o comportado que desliga a torneira. As imagens propagadas nas instituições educacionais constroem espaços de significados e muitas vezes reforçam estereótipos.

Pensando nas produções imagéticas que ornamentam os espaços das instituições infantis, como painéis, fotos e gravuras, e como essas representações afetam a constituição das crianças, Souza e Dinis (2018) realizaram um estudo com o objetivo de analisar as relações de poder e saber e como elas se apresentam através dos ornamentos presentes no espaço escolar. Essas imagens retratam uma relação de saber e poder dos processos racistas de branqueamento nas instituições de educação infantil. A falta de representação da criança negra nos espaços escolares passa a ideia do branco como padrão normativo a ser seguido, e dessa maneira a escola privilegia o grupo branco. A representação de personagens brancos na decoração da escola constrói uma valorização positiva do fenotípico branco, corroborando com a ideia de branquitude, o que é profundamente problemático se levarmos em conta que é nesses espaços que a identidade racial da criança está sendo construída.

Zubaran e Cruz (2020) realizaram seu estudo para problematizar as representações das diferenças raciais e da branquitude no contexto escolar. As questões mais recorrentes no discurso das docentes que participaram do estudo foram representações racializadas marcadas pelos discursos da democracia racial e da mestiçagem e mediadas pelas noções de branquitude. Embora, por um lado, reconhecem que os alunos brancos tinham privilégios na escola, por

outro, negavam existir preconceito na escola em questão. Quando questionadas sobre branquitude e padrão de beleza, comentam que a interiorização desses padrões tem efeitos perversos para a construção das subjetividades negras.

Um exemplo são as representações e práticas relacionadas aos cabelos crespos de meninas negras, que são representados como “cabelo ruim”, e as professoras presenciam as alunas indo ao banheiro molhar o cabelo, fazendo uso de chapinha, ou química. Demonstrando a importância de intervenções pedagógicas que busquem problematizar as relações raciais, pois o impacto da branquitude na constituição da subjetividade, pode contribuir para a baixa autoestima das pessoas que não possuem as características fenotípicas consideradas ideais, sendo emergente cada vez mais a problematização de padrões estéticos eurocêntricos (Zubaran & Cruz, 2020).

Pensando a cultura da escola como uma extensão da sociedade, o ambiente escolar reforça as desigualdades e contribui para a manutenção do racismo nos processos de socialização das crianças. As práticas escolares reforçam a ideia da branquitude enquanto padrão normativo, gerando impacto na construção da subjetividade e identidade. Embora seja fundamental falar das relações raciais, este tema ainda é pouco discutido nas escolas e a branquitude menos ainda, afinal uma das características da branquitude é justamente o silêncio, quando se fala sobre racismo o outro não branco é o que é discutido. A escola é um espaço de grande potência para a desconstrução dos preconceitos, e novas práticas devem ser pensadas para formação dos agentes escolares, além de ações e políticas que visem construir um ambiente em que as diferenças sejam ressignificadas.

Categoria 4 – Analisando a branquitude por meio de uma perspectiva histórica

Nessa categoria temática foram agrupados artigos que pensam a branquitude por meio de um recorte histórico. São vários os contextos em que a branquitude pode ser utilizada como categoria de análise das relações. Hirano (2013) analisa a branquitude por meio de um recorte histórico no contexto do cinema. Ilustra a trajetória de Grande Otelo, um ator negro que teve uma carreira de quase 70 anos, atuando em diferentes projetos do cinema brasileiro. Fazendo uma discussão de como ao longo do tempo os personagens interpretados pelo ator foram mudando assim como a representação do lugar do negro na sociedade, seu percurso se inicia com personagens que incorporam o imaginário da democracia racial em 1940 e 1950. Neste contexto, os significados atribuídos aos corpos das figuras públicas são forjados em uma rede de relações que produzem hierarquias, situando o lugar de cada artista, os personagens

representados no cinema são construídos sob a ótica da branquitude e muitas vezes reforçam os estereótipos sobre a população negra. “[...] como é possível ver nas críticas da época, por vezes o ator negro era aclamado justamente por interpretar muito bem um estereótipo.” (Hirano, 2013, p.86)

Na atualidade ocorrem situações que são muito similares com o passado. As práticas racistas e de exploração mudaram de configuração e receberam outras denominações, o espaço destinado ao protagonismo negro na mídia ainda é muito reduzido se comparado ao do branco, considerando o fato de que segundo o IBGE (2022) 56% da população brasileira se autodeclaram pretos e pardos.

A partir da perspectiva que muitas crenças criadas em outros períodos resistiram e são influências nas crenças que as pessoas têm hoje, Serra e Schucman (2012) efetuaram um estudo que procurava entender como a política racial eugenista, implementada no início do século 20, elaborada por psiquiatras da “Liga Paulistana de Higiene Mental”, repercute nas micropolíticas da atualidade. As autoras mencionam que a eugenia foi fundamentada nas ideias de seleção natural de Charles Darwin, e que seu primo Galton teria utilizado suas ideias para fundamentar suas crenças de que uma raça seria superior à outra, que os talentos seriam transmitidos de uma geração para a outra e, portanto, se deveria fazer uma seleção evitando a miscigenação. Esses pensamentos tiveram repercussão no Brasil na criação da “Liga Paulistana de Higiene Mental”, o exemplo das práticas realizadas era a divulgação nas rádios, jornais e meios disponíveis da época que as pessoas não deveriam se relacionar com outras de raças diferentes.

O estudo de Serra e Schucman (2012) demonstrou que muitos dos entrevistados ainda se apropriam dos significados sobre superioridade e “pureza racial” branca, afetando a forma como são vistas as pessoas não brancas. Nas escolhas afetivas, construção de família, moralidade, a sociedade teria desenvolvido um sistema hierárquico silencioso que desvaloriza as pessoas que não fazem parte do modelo ideal branco, por não ter características físicas parecidas com os europeus.

Categoria 5 – Conflitos, silêncios e branquitude

Nesta categoria temática foram agrupados estudos que analisam conflitos que são consequências da branquitude e geram desigualdades materiais e simbólicas. Jesus e Oliveira (2020), em seu “estudo-reflexão”, analisaram as expressões e tensões entre branquitude e identidade afro-brasileira na disputa por território na Vila de Serra Grande, distrito do município de Uruçuca, no litoral sul da Bahia. Brancos europeus, povos das Américas e brasileiros com

médio ou alto poder aquisitivo de várias regiões do país, principalmente do sul e sudeste, escolhem a Vila de Serra Grande como destino, em virtude da promoção turística realizada por meio da imagem do local como sendo um paraíso tropical, passando a ideia de que o país está aberto à visitas e negociações, contribuindo para atrair migrantes e fazendo com que os residentes se mudem para outra região, modificando a cultura local.

O território é apontado como um espaço de poder simbólico e material, se tornando fundamental para a discussão de ações e relações que nele ocorrem. A Vila de Serra Grande é apontada pelas autoras como um lugar histórico em que a população é composta por elementos tradicionais negro-indígenas, marcando uma identificação ético-territorial.

Considerando que, segundo Oliveira, “a Bahia é o estado de maior contingente populacional negro do país”, a migração internacional (assim como a nacional) de expressivos contingentes brancos para o estado deve tornar-se objeto fundamental de estudo para a compreensão das dinâmicas étnico-raciais na Bahia e das novas performances da colonização capitalista euro-estadunidense em territórios sul-americanos. (Jesus & Oliveira, 2020, p. 277)

Situações como o fenômeno da imigração para o Litoral Sul da Bahia, muitas vezes podem passar despercebidas, por falta de reflexão crítica sobre a implicação da raça dentro das dinâmicas sociais. Estudos que levam em conta relações históricas, políticas, econômicas, culturais, raciais e de gênero, enfim, as relações de identificações e diferenças contribuem para entender as dinâmicas relacionais, e o quanto a branquitude permeia os espaços construindo relações de dominação (Jesus & Oliveira, 2020).

Várias tensões raciais são travadas de forma silenciosa dentro da sociedade brasileira, seja no contexto escolar, territorial, subjetivo, e no âmbito da saúde, entre outros. Considerar o momento histórico em que elas ocorrem é fundamental, visando essa perspectiva, estudos demonstram que a pandemia da Covid-19 gerou o agravamento dessas tensões existentes entre os diferentes segmentos sociais. Neste sentido, Eurico et al. (2021), realizaram seu estudo, e argumentam que a pandemia escancarou a desigualdade social, racial e de gênero ainda mais, sendo que a população negra e indígena foi a mais acometida pela Covid-19.

Uma pesquisa publicada pelo Coletivo Terra, Raça e Classe do MST (2020), no jornal Brasil de Fato, demonstrou que a população negra paulistana tem até 85% mais chances de morrer por covid-19 do que a população branca. Essa mesma pesquisa também mostrou que apesar de somarem 43,1% dos(as) hospitalizados(as), representam mais da metade das mortes. (Eurico et al., 2021, p.88-89)

O racismo apresenta inúmeras consequências, seja de desapropriação material,

simbólica, ou atentado contra o bem-estar das pessoas pertencentes a grupos minoritários. É um assunto que deve ser mais problematizado e discutido para se pensar em mecanismos que possam diminuir as desigualdades, possibilitando que as pessoas de grupos desfavorecidos socialmente tenham acesso aos seus direitos, e que mais políticas públicas sejam implementadas e cumpridas para equiparar os grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos objetivos desta revisão integrativa era encontrar lacunas teóricas nos estudos que tratem da branquitude. A principal lacuna foi o número pequeno de trabalhos recuperados, apenas 12 artigos, levando em consideração a relevância desta temática para o entendimento das relações raciais. Também não foram encontrados estudos quantitativos, que fizessem uso de instrumentos que permitam coletas com amostras amplas e representativas da população geral, além de outra lacuna mencionada em um dos artigos analisados, que seria a falta de estudos sobre branquitude acrítica.

Outro objetivo era identificar como a temática da branquitude estava sendo abordada por diferentes áreas do conhecimento. Como foi possível observar, a branquitude tem sido uma temática de interesse de algumas áreas do conhecimento, os campos de análise dos artigos são variados e com temas distintos, assim como as amostras que vão desde o público geral tendo apenas o critério ser branco, a amostras mais específicas como estudos com universitários, professores, alunos, recortes históricos, análise da branquitude na mídia, demonstrando uma variedade de abordagens e *corpus* de dados nas diferentes áreas do conhecimento. Essa virtude da diversidade de abordagens e métodos traz consigo um possível problema que se reflete na não sistematização de linhas mais específicas de pesquisa da branquitude no Brasil.

Também procurava-se verificar quais os conceitos utilizados para abordar a temática da branquitude. Entre os termos em destaque foi possível encontrar raça, racismo, miscigenação, branqueamento e democracia racial. O racismo é o tema mais discutido nos trabalhos sobre branquitude, visto que estudos sobre essa temática apresentam-se como uma possibilidade de ampliação dos debates sobre racismo, em que o sujeito branco é colocado como categoria de análise, rompendo com a lógica de que o branco não possui raça, e possibilitando a discussão sobre sua participação na desigualdade racial.

A miscigenação também se apresenta como uma importante categoria de análise por conta da diversidade racial existente no Brasil. Assim como o branqueamento que é uma das características particulares devido às políticas de branqueamento implementadas em outros

períodos históricos no país. A democracia racial, como mencionada em alguns artigos, ainda faz parte do imaginário da população e muitas vezes é evocada para negar a existência do racismo. Outros conceitos, mais específicos da branquitude, como invisibilidade branca, pactos narcísicos, branquitude crítica e acrítica, desempenham um importante papel na compreensão dessa temática tão complexa.

Os resultados da pesquisa nos mostram que conhecer as produções brasileiras sobre a temática é crucial para o entendimento sobre o que é branquitude e como ela se configura no país. Além de permitir planejar estudos que possibilitem conhecer e trabalhar com essa temática, visando estratégias de enfrentamento das desigualdades raciais. O trabalho em questão, apresenta algumas limitações uma delas é referente a coleta de materiais, selecionar apenas textos que apresentam o termo branquitude no título, faz com que outros trabalhos que falam de branquitude e utilizem outros termos acabem ficando de fora da análise. O observatório da branquitude, conta com um acervo considerável de trabalhos que abordam a branquitude, os quais, por conta dos critérios de filtro estabelecidos nesta revisão, acabaram não entrando na análise.

Com base na investigação e limitações desta revisão, recomenda-se para estudos futuros a construção de trabalhos que utilizem uma abordagem mais quantitativa, pois diante dos resultados é possível verificar a ausência de estudos dessa natureza. Recomenda-se também a realização de estudos dentro do contexto escolar, e que tenham um modelo interventivo, pois é necessário que temas como a branquitude possam ser difundidos para além do contexto acadêmico, promovendo mudanças de pensamento. Diante de tudo que foi exposto é possível afirmar que a branquitude é um conjunto de ideias que foram elaboradas. E são reinventadas e vivenciadas nas relações sociais, e como um elemento socialmente criado ele pode portanto ser desconstruído. Os estudos sobre essa temática contribuem para sua compreensão e para encontrar mecanismo de enfrentamento.

3. ESTUDOS DE CONSTRUÇÃO E VALIDAÇÃO DA ESCALA DE AUTORRELATO DA BRANQUITUDE

Este capítulo tem por finalidade a construção de uma escala de autorelato que busca expor características da branquitude. A construção deste estudo se justifica pela necessidade de estudos que utilizem a abordagem quantitativa e investiguem a branquitude. Na revisão integrativa realizada no capítulo anterior, não foram encontrados trabalhos quantitativos. Ressaltamos, portanto, a necessidade de estudos desse gênero que permitam a coleta de amostras representativas da população nacional, que empreguem métodos sistemáticos e que possam ser replicados no futuro.

No Brasil, não existe uma escala de branquitude. Com o objetivo de preencher essa lacuna, este estudo foi desenvolvido. O estudo foi estruturado em duas etapas: a primeira é composta pela elaboração dos itens da Escala de Autorrelato da Branquitude e avaliação do conteúdo por juízes especialistas na temática. Os resultados demonstraram que houve concordância dos juízes em relação aos critérios (compreensão, relevância e pertinência) dos itens que permaneceram. A segunda etapa contou com uma amostra de convivência composta por 653 pessoas que foi dividida metade para a realização do estudo Análise Fatorial Exploratória (AFE) e a outra metade para o estudo Análise Fatorial Confirmatória (AFC). A Análise Fatorial Exploratória (AFE) foi realizada com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala de branquitude. A análise foi implementada no software JASP (versão 0.16). Os Testes de Esfericidade de Bartlett significativo [$\chi^2(153) = 2138,01$; $p < 0,001$], e KMO = 0,88, sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. A análise paralela sugeriu dois fatores como sendo os mais representativos para os dados.

O resultado com dois fatores, no entanto, indicou uma concentração de itens no fator 1, e apenas um item com carga adequada no fator 2. Com isso, procedeu-se uma nova AFE fixando os itens em um único fator, que explicou 26,9% da variância total dos itens. As cargas fatoriais variaram entre 0,02 e 0,80. Os itens positivos se referem teoricamente a branquitude crítica, enquanto os itens negativos referem-se a branquitude acrítica. A consistência interna do fator geral foi satisfatória ($\omega = 0,88$). Em seguida, com a outra metade da amostra foi realizada uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC). A análise foi implementada utilizando o método de estimação *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS). A estrutura unifatorial apresentou bons indicadores de ajuste: $\chi^2 = 98,19$; $gl = 65$; $p < 0,001$, com $\chi^2/gl = 1,38$; CFI = 0,99; TLI = 0,99; RMSEA = 0,031; IC 90% [0,017; 0,043]; SRMR = 0,068. As cargas fatoriais variaram entre 0,30 (item 12) e 0,80 (item 1). A consistência interna para essa subamostra foi

adequada ($\omega = 0,86$). Sendo assim a escala já pode ser reaplicada.

Palavras-chave: Branquitude; Construção de escala; Validação; Análise fatorial.

Objetivos

a) Objetivo Geral:

Construir e validar uma escala que pretende medir aspectos cognitivos e afetivos da branquitude no contexto brasileiro.

b) Objetivos Específicos:

- Verificar a validade de conteúdo dos itens propostos para a escala de branquitude.
- Estimar a validade da estrutura interna da escala de branquitude.
- Estimar a validade convergente-discriminante.
- Analisar os níveis de branquitude da população pesquisada.

Metódo

Este estudo tem como objetivo o desenvolvimento de itens para a construção e validação de uma escala que pretende mensurar aspectos cognitivos e afetivos da branquitude.

A escala de branquitude é um instrumento que está sendo construído para esta dissertação, os itens foram formulados de acordo com os estudos críticos da branquitude (*critical whiteness studies*). Trata-se de um instrumento de autorrelato e para a validação da escala foram necessárias várias etapas, leituras, discussões, análise de juízes, pré-teste, e aprimoramento dos itens.

Delineamento

O presente trabalho trata-se de um estudo quantitativo de corte transversal de caráter descritivo e exploratório, pois visa avaliar a frequência em que as características da branquitude aparecem em uma amostra de convivência composta por 653 pessoas no total.

Participantes

Este estudo contou com três amostras, a primeira foi composta por oito juízes, todos pesquisadores sobre temáticas relacionadas ao preconceito e racismo. A segunda contou com o público do pré-teste, composto por 14 pessoas pertencentes a população geral que foram

contatadas pelas redes sociais. A terceira amostra foi por conveniência, a coleta ocorreu em dois momentos, em outubro de 2021 foram coletadas respostas de 397 participantes para a realização da análise fatorial exploratória. Já em maio de 2023 obteve-se 256 participantes para a análise confirmatória.

Caracterização sociodemográfica da análise fatorial exploratória.

A amostra ficou formada por 397 participantes autodeclarados brancos com idades entre 18 e 83 anos ($M = 50,7$; $DP = 14,9$). Do sexo feminino (89,7%), do sexo masculino (8,6%), não binário/terceiro gênero (2,8%), com renda familiar que variaram entre 2,1 a 3 salários mínimos (17,1%), de 3,1 a 4 salários mínimos (16,9%) e mais de 5 salários mínimos (34,3%); os dois estados que tiveram maior respondentes foram São Paulo (34,0%) e Rio Grande do Sul (14,9%) havendo ainda uma participação variada de outros estados. Em relação à região, (55,7%) foram do Sudeste, (28,5%) Sul, (9,6%) Nordeste. Os participantes têm como posição política a esquerda (52,9%), centro esquerda (15,1%), e direita (11,8%). A caracterização sociodemográfica mais detalhada da amostra é apresentada na Tabela 1.

Tabela 1

Caracterização sociodemográfica da AFE (N = 397)

Variáveis	F	%
Sexo		
Feminino	356	89,7
Masculino	34	8,6
Não binário/terceiro gênero	7	1,8
Total	397	100,0
Idades		
Entre 18 e 20 anos	19	4,8
Entre 21 e 25 anos	21	5,3
Entre 26 e 30 anos	17	4,3
Acima de 31 de anos	340	85,6
Total	397	100,0
Renda Familiar		
Menos de 1 salário mínimo	16	4,0
De 1,1 a 2 salários mínimos	50	12,6
De 2,1 a 3 salários mínimos	68	17,1
De 3,1 a 4 salários mínimos	67	16,9
De 4,1 a 5 salários mínimos	60	15,1
Mais de 5 salários mínimos	136	34,3
Total	397	100,0
Escolaridade		
Fundamental incompleto	3	0,8
Fundamental completo	3	0,8
Médio incompleto	4	1,0
Médio completo	55	13,9

Superior incompleto	57	14,4
Superior completo	221	55,7
Mestrado	43	10,8
Doutorado	11	2,8
Total	397	100,0
Posicionamento político		
Extrema esquerda	12	3,0
Esquerda	210	52,9
Centro-Esquerda	60	15,1
Centro	47	11,8
Centro-Direita	15	3,8
Direita	47	11,8
Extrema direita	6	1,5
Total	397	100,0
Estado		
Acre	1	0,3
Alagoas	3	0,8
Amazonas	2	0,5
Bahia	11	2,8
Ceará	12	3,0
Distrito Federal	7	1,8
Espírito Santo	4	1,0
Goiás	5	1,3
Maranhão	1	0,3
Mato Grosso do Sul	5	1,3
Minas Gerais	34	8,6
Pará	3	0,8
Paraíba	3	0,8
Paraná	21	5,3
Pernambuco	5	1,3
Rio de Janeiro	48	12,1
Rio Grande do Norte	3	0,8
Rio Grande do Sul	59	14,9
Rondônia	2	0,5
Santa Catarina	33	8,3
São Paulo	135	34,0
Total	397	100,0
Região		
Sul	113	28,5
Centro-oeste	17	4,3
Sudeste	221	55,7
Norte	8	2,0
Nordeste	38	9,6
Total	397	100,0

Nota: f – frequência absoluta; % - porcentagem.

Caracterização sociodemográfica da análise fatorial confirmatória.

A amostra para a análise fatorial confirmatória ficou formada por 256 participantes autodeclarados brancos com idades entre 18 e 63 anos ($M = 29,5$; $DP = 11,7$). Do sexo feminino (82,7%), do sexo masculino (13,0%), não binário/terceiro gênero (4,3%), com renda familiar

que variaram entre 1,1 a 2 salários mínimos (26,7%), de 2,1 a 3 salários mínimos (20,8%) e mais de 5 salários mínimos (23,1%); os dois estados que tiveram maior respondentes foram São Paulo (22,3%) e Bahia (14,5%) havendo ainda uma participação variada de outros estados. Em relação à região (38,8%) foram do Nordeste, (37,5%) Sudeste, (16,5%) Sul. Grande parte dos participantes tem como posição política a esquerda (53,4%), centro esquerda (19,5%), e extrema esquerda (8,8%). A caracterização sociodemográfica mais detalhada da amostra é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2

Caracterização sociodemográfica da AFC (N = 256)

Variáveis	F	%
Sexo		
Feminino	210	82,7
Masculino	33	13,0
Não binário/terceiro gênero	11	4,3
Omisso	2	0,8
Total	256	100,0
Idades		
Entre 18 e 20 anos	54	25,2
Entre 21 e 25 anos	50	23,4
Entre 26 e 30 anos	37	17,3
Acima de 31 de anos	73	34,1
Omissos	42	16,4
Total	256	100,0
Renda Familiar		
Menos de 1 salário mínimo	14	5,5
De 1,1 a 2 salários mínimos	68	26,6
De 2,1 a 3 salários mínimos	53	20,7
De 3,1 a 4 salários mínimos	31	12,1
De 4,1 a 5 salários mínimos	30	11,7
Mais de 5 salários mínimos	59	23,1
Omisso	1	0,4
Total	256	100,0
Escolaridade		
Fundamental incompleto	1	0,4
Fundamental completo	3	1,2
Médio incompleto	6	2,3
Médio completo	37	14,5
Superior incompleto	86	33,6
Superior completo	100	39,1
Mestrado	18	7,0
Doutorado	5	2,0
Total	256	100,0
Posicionamento político		
Extrema esquerda	22	5,2
Esquerda	134	52,7
Centro-Esquerda	49	16,7
Centro	20	10,3
Centro-Direita	11	4,0
Direita	14	9,3

Extrema direita	1	1,1
Omisso	5	2,0
Total	256	100,0
Estado		
Alagoas	4	1,6
Amazonas	2	0,8
Bahia	37	14,5
Ceará	22	8,6
Distrito Federal	7	2,7
Espírito Santo	4	1,6
Goiás	4	1,6
Maranhão	2	0,8
Mato Grosso	2	0,8
Minas Gerais	16	6,3
Pará	1	0,4
Paraíba	4	1,6
Paraná	20	7,8
Pernambuco	3	1,2
Piauí	2	0,8
Rio de Janeiro	19	7,5
Rio Grande do Norte	8	3,1
Rio Grande do Sul	15	5,9
Rondônia	1	0,4
Roraima	1	0,4
Santa Catarina	7	2,7
São Paulo	57	22,4
Sergipe	17	6,7
Omisso	1	0,4
Total	256	100,0
Região		
Sul	42	16,5
Centro-oeste	13	5,1
Sudeste	96	37,6
Norte	5	2,0
Nordeste	99	38,8
Omisso	1	0,4
Total	256	100,0

Nota: f – frequência absoluta; % - porcentagem.

Aspectos éticos

O estudo foi submetido à avaliação do comitê de ética da Universidade Federal de Sergipe, e na Plataforma Brasil, que é responsável pela análise da aprovação de projetos de pesquisas sob o número de parecer 5.581.607. A fim de assegurar a integridade dos participantes, seguindo a Resolução do CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde, referentes às diretrizes e normas regulamentadas para as pesquisas envolvendo seres humanos. Foi dito nas instruções do instrumento que a participação era voluntária, os dados foram tratados de forma confidencial, colhidos e armazenados em plataformas protegidas por

senhas. Não foram fornecidos nomes ou dados de identificação dos participantes, as informações coletadas foram utilizadas para fins acadêmicos.

Um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foi anexado nas plataformas “*Qualtrics*” no primeiro momento da coleta, e no segundo no “*Google Forms*” nas quais o instrumento ficou hospedado para aplicação. No documento constou informações como o contato da pesquisadora, para possíveis dúvidas e caso o participante desejasse desistir da pesquisa ou saber sobre o andamento e resultados, bem como os direitos que o resguardam.

Estudo para elaboração e validação dos itens

Os itens foram construídos por uma equipe composta por seis pesquisadores integrantes do “Grupo de Pesquisa Normas Sociais, Estereótipos, Preconceito e Racismo”. A partir das definições de branquitude de vários autores entre eles (Bento, 2014; Cardoso, 2010; Diangelo, 2018; Frankenberg, 1999; Piza, 2014; Shucman, 2014; e Sovik 2019), é possível visualizar os itens no Apêndice F. O objetivo é que os itens formulados capturem as características relacionadas à branquitude a fim de medir seus níveis. Foram formuladas 29 afirmações.

Procedimentos de coleta de dados

Após a construção de 29 itens para a escala de branquitude, eles foram encaminhados para análise dos juízes. Os oito juízes foram convidados via e-mail, foi encaminhado um documento no formato Word contendo os itens da escala, com espaços para as notas e sugestões, eles tinham que avaliar, critério de pertinência, critério de relevância, e critério de compreensão. As notas variavam de 0 para nenhuma adequação e 5 para totalmente adequado, após a análise e sugestões dos juízes, alguns itens foram reformulados, outros foram excluídos devido à similaridade do que abordavam, restando assim 19 itens na composição da escala.

A fim de conseguir participantes para o pré-teste, foi enviado por e-mail e pelo WhatsApp um *link* da plataforma “*Google Forms*”, contendo os 19 itens da escala de branquitude, 16 itens da escala de orientação à dominância social, 10 itens da escala de racismo. Bem como uma orientação de como responder o formulário, seguido de explicação sobre o caráter voluntário, sigilo e privacidade, presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE online), disponibilizado no link. Aceitaram participar do pré-teste 14 pessoas pertencentes a população geral. A coleta dos dados foi realizada por meio da “*Google Forms*” contendo os mesmos instrumentos dispostos no pré-teste. Foi pedido que metade dos participantes cronometrasse o tempo, e a outra metade falasse quanto tempo acha que gastou para responder sem cronometrar, também foi perguntado se as perguntas eram compreensíveis,

ou causavam algum desconforto, para possíveis ajustes antes de aplicar em um público maior.

A terceira amostra foi por conveniência, formada por 653 participantes brancos de diferentes cidades brasileiras, com idade maior ou igual a dezoito anos, de ambos os sexos, a cor da pele do participante foi identificada por autoclassificação, as instruções que delimitavam a participação apenas de pessoas brancas, constavam no cabeçalho da plataforma “Qualtrics” e “Google Forms”.

Análise dos juízes

A análise dos especialistas foi utilizada como evidência de validade de conteúdo. Elaboramos um questionário e o enviamos aos avaliadores. Nesse questionário, apresentou-se o objetivo da pesquisa, explicando a tarefa a ser desenvolvida por cada avaliador, que consistia em ler cada um dos itens da escala e avaliá-los com base em três critérios: Pertinência ao construto (o grau em que o item reflete o construto operacionalizado); Relevância (importância do item para explicar o constructo); e Compreensão na Redação (acessibilidade para abrangência). Cada critério tinha uma escala de resposta de 1 a 5. A concordância entre os avaliadores foi medida pelo Coeficiente de Validade de Conteúdo (CVC) (Aiken, 1980). Mais especificamente, calculamos o CVC para o julgamento do especialista de conteúdo (CVCj) para cada um dos critérios e para cada item (CVCi) e para a escala total (CVCt), usando valores de $CVC \geq 0,80$ como critério de validade de conteúdo (Aiken, 1985).

Os resultados demonstraram que todos os itens da escala apresentaram valores entre 0,82 e 1 quanto à pertinência, relevância e compreensão. Por fim, o valor de CVCt para foi de 0,94 para todos os critérios. Também foi solicitado aos avaliadores que sugerissem mudanças na redação dos itens. As tabelas 1 e 2 nos materiais suplementares online apresentam o CVCi e os itens antes e depois da análise dos avaliadores e a compreensibilidade dos itens pela população-alvo.

Todos os itens tiveram médias de pertinência, relevância e compreensão superiores a 4. Com isso, todos os itens foram selecionados para a próxima etapa de validação. Em decorrência das sugestões dos avaliadores houve modificação de (3, 4, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 17, 18) itens, enquanto por meio da compreensibilidade dos itens pelo público-alvo houve modificações na redação e exclusão.

Tabela 3.

Coeficientes de validade de conteúdo

Itens	CVCi		
	Critério de pertinência	Critério de relevância	Critério de clareza
1.Os brancos percebem a si mesmos do ponto de vista étnico racial.	0,950	0,950	0,825
2.Pessoas brancas têm dificuldades em se reconhecer e se declarar racialmente.	0,950	0,950	0,950
3.Pessoas brancas não têm raça.	0,900	0,900	0,900
4.No dia a dia, não me dou conta que sou branco.	0,925	0,925	0,925
5.No Brasil, pessoas brancas possuem privilégios apenas por serem brancas.	1,000	1,000	1,000
6.No dia a dia, pessoas brancas são favorecidas por serem brancas.	0,925	0,925	0,975
7.Os brancos contribuem para a desigualdade racial.	0,950	0,950	0,950
8.Pessoas brancas pobres têm privilégios quando comparadas às pessoas negras pobres.	0,950	0,950	0,950
9.A cor da pele branca pode favorecer de alguma forma ascensão social ou econômica de uma pessoa.	0,975	0,975	0,975

10.O que chamam de “privilégio dos brancos” é, na verdade, construído a partir do esforço das pessoas, e não de alguma vantagem já existente.	0,975	0,975	0,950
11.Em geral, no Brasil, os brancos têm mais direitos do que os negros.	1,000	1,000	1,000
12.Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero.	0,975	0,975	0,975
13.As diferenças entre brancos e negros no Brasil é uma questão de classe social e não de raça.	0,975	0,975	0,975
14.Ter preferência estética por brancos em relação aos negros não tem nada a ver com racismo, é apenas uma questão de gosto.	0,975	0,975	0,975
15.De forma geral, negros e brancos possuem tradições e valores diferentes.	0,950	0,950	0,925
16.Sinto-me triste sobre a história do racismo no Brasil.	0,850	0,850	0,900
17.Eu gostaria que houvesse algo que eu, pessoalmente, pudesse fazer para compensar todo o dano que a escravidão causou aos negros no Brasil.	0,900	0,900	0,900
18. Eu acho que o Governo do Brasil deveria compensar a população negra por todo o dano que a escravidão lhes causou.	0,900	0,900	0,900
19.A escravidão foi horrível, mas as pessoas precisam superar isso e seguir em frente.	0,900	0,900	0,900

20.Às vezes eu me sinto incomodado por ser Branco.	0,950	0,950	0,950
21.Quando ouço uma piada com conteúdo racista, eu me sinto incomodado e digo que não deve ser contada.	0,900	0,900	0,875
22.Pessoas brancas geralmente são mais bonitas do que as negras.	0,950	0,950	0,950
23.No Brasil, as pessoas brancas deveriam ser ainda mais bem-sucedidas do que as negras.	0,950	0,950	0,950
24.Os brancos devem ter mais destaque na política e na mídia do que os negros.	0,950	0,950	0,950
25.Os brancos devem ocupar mais espaços sociais do que os negros no Brasil (nas universidades, lideranças da sociedade, e cargos civil importantes, etc.)	0,950	0,950	0,950
26.Brancos são fisicamente diferentes dos negros.	0,950	0,950	0,950
27.Brancos e negros são culturalmente diferentes.	0,800	0,800	0,925
28.Brancos e negros são moralmente diferentes.	0,900	0,925	0,925
29.Pessoas brancas devem participar da luta antirracista.	0,900	0,925	0,925
CVC Total	0,94	0,94	0,94

Estudos de validação da escala

Pré-teste do instrumento

Em relação aos resultados do pré-teste foram feitas as seguintes perguntas: Gostaria de saber suas impressões sobre a pesquisa. Você achou compreensível as perguntas? Quanto tempo você acha que gastou para responder? Sentiu algum desconforto?

No geral os participantes afirmaram não ter dificuldade de compreender as questões, mas três mencionaram ter dificuldade do que deveriam responder devido à complexidade do tema; sobre o tempo gasto para responder o tempo mínimo foi de cinco minutos e o máximo de vinte, os respondentes mencionaram não sentir desconforto respondendo às perguntas, apenas um relatou que sentiu desconforto ao refletir que lugar os brancos devem ocupar na luta contra o racismo.

Instrumento

Escala de branquitude é um instrumento que está sendo construído para essa dissertação, os itens foram criados de acordo com os estudos críticos da branquitude (*critical whiteness studies*) que a princípio foram a base para as pesquisas e trabalhos realizados no Brasil (Cardoso, 2010).

Trata-se de instrumento de autorrelato, composto por 19 itens. Os itens estão dispostos em uma escala tipo Likert de 5 pontos, sendo 1 o valor para “concordo totalmente” e 2 para “concordo parcialmente”, o valor 3 indica posição neutra “não concordo nem discordo”, 4 para “discordo parcialmente” e 5 “discordo totalmente”.

Para a validação convergente foram utilizados os 16 itens da Escala de Orientação à Dominância Social que foi formulada para avaliar níveis individuais de orientação à dominância social. Essa escala foi adaptada para o Brasil e já validada, sendo amplamente testada e aplicada em 45 amostras de 11 nações diferentes, passando por modificações quando necessário (Fernandes et al., 2007). Ainda para a validação discriminante foram utilizados os 10 itens da Escala de Racismo Revitimizador (ERR) que foi criada com o intuito de ser um instrumento mais adequado para o contexto brasileiro, acompanhando o cenário atual em que o racismo é visto como “mimimi” e a culpa é direcionada às minorias, devido ao fato dos itens terem sido construídos baseados em comentários da internet, tornando o instrumento mais próximo da realidade com uma gama de representatividade do que se pode chamar de racismo sutil (Lima et al., 2020).

Análise de dados

A validação psicométrica de um instrumento de medida em pesquisas acadêmicas é uma

etapa imprescindível para assegurar a confiabilidade. Constitui-se em um esforço sistemático para assegurar a medição do comportamento através do emprego da estatística, a construção e validação, é organizada, teoricamente pelo método científico, pensando nisso para validação do presente estudo será utilizado o protocolo de validação proposto por Kim (2009) (Silva et al., 2013). Visando medir a confiabilidade dos itens do instrumento espera-se obter medidas semelhantes no decorrer do tempo que a escala for aplicada.

Sobre a validade de conteúdo foram realizadas várias etapas de validação, com o objetivo de dar significado às pontuações das escalas, à medida que demonstra evidências de que os itens medem os conceitos pretendidos. Foram utilizadas duas estratégias: a validade da estrutura interna e a validade convergente-discriminante. Para obter evidência de validade da estrutura interna foi realizada uma Análise Fatorial Exploratória (AFE) com metade da amostra, com o objetivo de avaliar a estrutura fatorial da escala de branquitude. A análise foi implementada no software JASP (versão 0.16). A decisão sobre o número de fatores a ser retido foi realizada por meio da técnica da Análise Paralela e a rotação utilizada foi a oblimim.

Com a outra metade da amostra foi realizada uma análise fatorial confirmatória (AFC). A análise foi implementada utilizando o método de estimação *Robust Diagonally Weighted Least Squares* (RDWLS), adequado para dados categóricos (DiStefano & Morgan, 2014; Li, 2016). Para avaliação dos índices de ajuste utilizados foram: *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA), *Standardized Root Mean Square Residual* (SRMR), *Comparative Fit Index* (CFI) e *Tucker-Lewis Index* (TLI). Valores de CFI e TLI devem ser $\geq$ que 0,90 e, preferencialmente acima de 0,95; Valores de RMSEA devem ser $\leq$ que 0,08 ou, preferencialmente $\leq$ que 0,06, com intervalo de confiança (limite superior) $\leq$ 0,10 (Brown, 2015). Além disso, a consistência interna da medida foi analisada pelo coeficiente ômega de McDonald (ω) em ambas as subamostras.

Para medir a validade convergente foi estudada as relações estabelecidas com variáveis medidas por outros instrumentos que mensuram construtos teoricamente relacionados. Primeiro, analisou-se a relação entre a escala que está sendo construída e os escores da (Escala de Orientação à Dominância Social) (Silva et al., 2013). Em seguida, correlacionou-se os escores da escala desenvolvida com os da Escala de Racismo Revitimizador (Lima et al., 2020). As relações entre os construtos foram avaliadas por meio de modelagens por equações estruturais com uso do mesmo estimador e critérios de avaliação da AFC. E Modelos de regressão linear múltipla foram implementados para explicação da branquitude.

Resultados dos estudos

Estudo 1: Análise Fatorial Exploratória

Em uma análise dos Eixos Principais (PAF), verificou-se que os testes de Esfericidade de Bartlett significativo [$\chi^2(171) = 1503,12$; $p < 0,001$], e KMO = 0,86, sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. Destacou-se dois fatores como sendo os mais representativos para os dados (Figura 2)

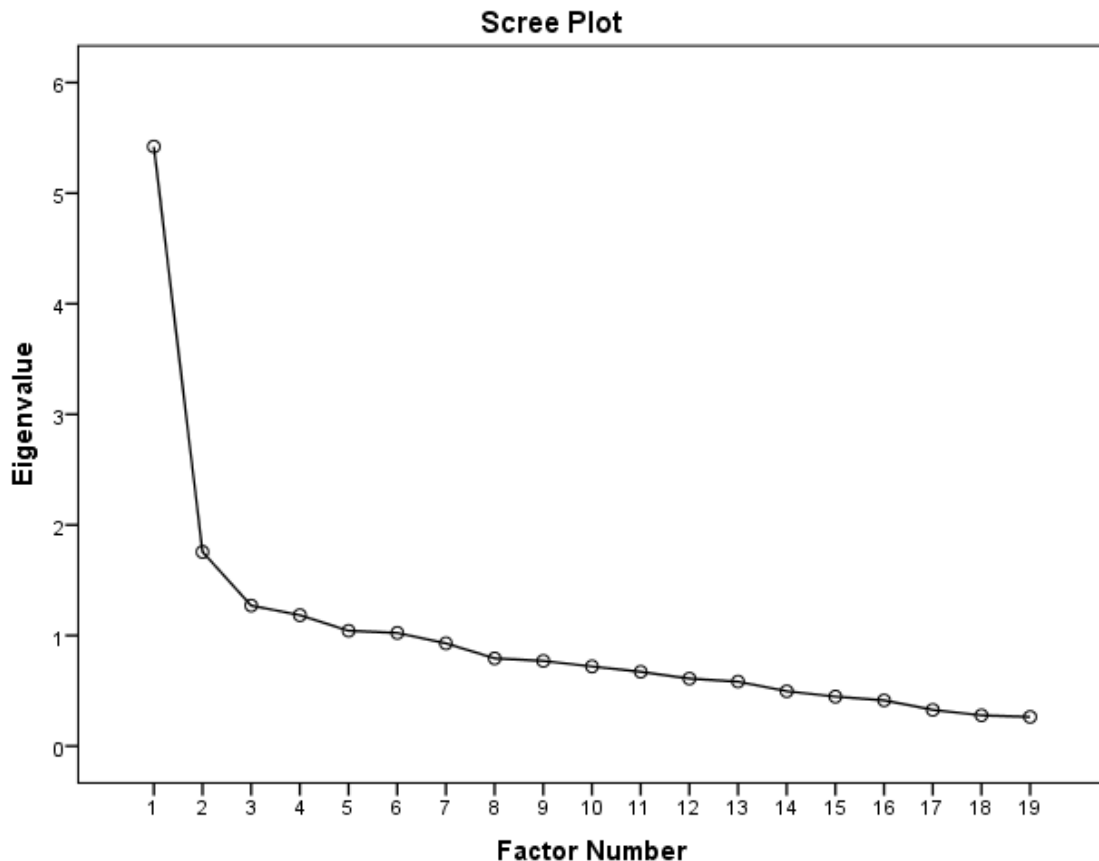


Figura 2: Autovalores empíricos

Análise paralela também evidenciou a presença de dois fatores. O resultado bifatorial, no entanto, indicou uma concentração de itens no fator 1, e baixo valor próprio no fator 2 ($\lambda = 1,22$) com variância explicada por este fator também muito baixa (6,4%). Procedeu-se então a uma nova AFE fixando os itens em um único fator, que explicou 25,39% da variância total dos itens. As cargas fatoriais variaram entre 0,11 e 0,74. Os itens com carga inferior a 0,30 foram retirados (itens 4, 8, , 14, 15, 16 e 17). Logo, a versão unifatorial da escala ficou composta por 13 itens com cargas entre 0,347 e 0,743. Os itens positivos se referem teoricamente a branquitude crítica, enquanto os itens negativos referem-se a branquitude acrítica. A consistência interna do fator geral foi satisfatória ($\omega = 0,86$).

Tabela 4*Estrutura fatorial da Escala de Branquitude*

Itens	Fator 1
1. No Brasil, pessoas brancas possuem privilégios apenas por serem brancas.	0,743
19. O Governo do Brasil deveria compensar a população negra por todo o dano que a escravidão lhes causou.	0,718
2. Os brancos contribuem para a desigualdade racial no Brasil.	0,708
3. No Brasil, pessoas brancas pobres têm privilégios quando comparadas às pessoas negras pobres.	0,707
13. A escravização foi algo horrível, mas as pessoas negras precisam superar e seguir em frente.	-0,644
10. Eu gostaria que houvesse algo que eu pudesse fazer para compensar todo o dano que a escravidão causou aos negros no Brasil.	0,612
6. Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero.	-0,597
5. O que chamam de “privilégio dos brancos” no Brasil é, na verdade, construído a partir do esforço dos brancos, e não de alguma vantagem já existente.	-0,595
7. Ter preferência estética por brancos em relação aos negros não tem a ver com racismo, é apenas uma questão de gosto.	-0,581
9. Sinto-me triste quando penso sobre a história do Brasil em relação à escravização e opressão dos negros.	0,471
18. Os brancos devem participar da luta antirracista	0,460
11. Às vezes eu me sinto incomodado por ser branco.	0,412
12. Quando ouço uma piada com conteúdo racista, eu sinto desconforto e digo que não deve ser contada.	0,347
14. É natural que os brancos tenham mais destaque na política e na mídia do que os negros.	-0,250

17. No dia a dia, não me dou conta que sou branco.	-0,230
8. Pessoas brancas geralmente são mais bonitas do que as negras.	-0,206
4. Pessoas brancas tem dificuldades em reconhecer sua cor e se declarar racialmente.	0,112
15. No Brasil, brancos e negros são culturalmente diferentes.	0,108
16. Brancos e negros são moralmente diferentes.	-0,008

Estudo 2: Análise Fatorial Confirmatória

A estrutura unifatorial apresentou bons indicadores de ajuste: $\chi^2 = 98,19$; $gl = 65$; $p < 0,001$, com $\chi^2/gl = 1,38$; CFI = 0,99; TLI = 0,99; RMSEA = 0,031; IC 90% [0,017; 0,043]; SRMR = 0,068. As cargas fatoriais variaram entre 0,30 (item 12) e 0,80 (item 1), conforme detalhado na figura 2. A consistência interna para essa subamostra foi adequada ($\omega = 0,86$).

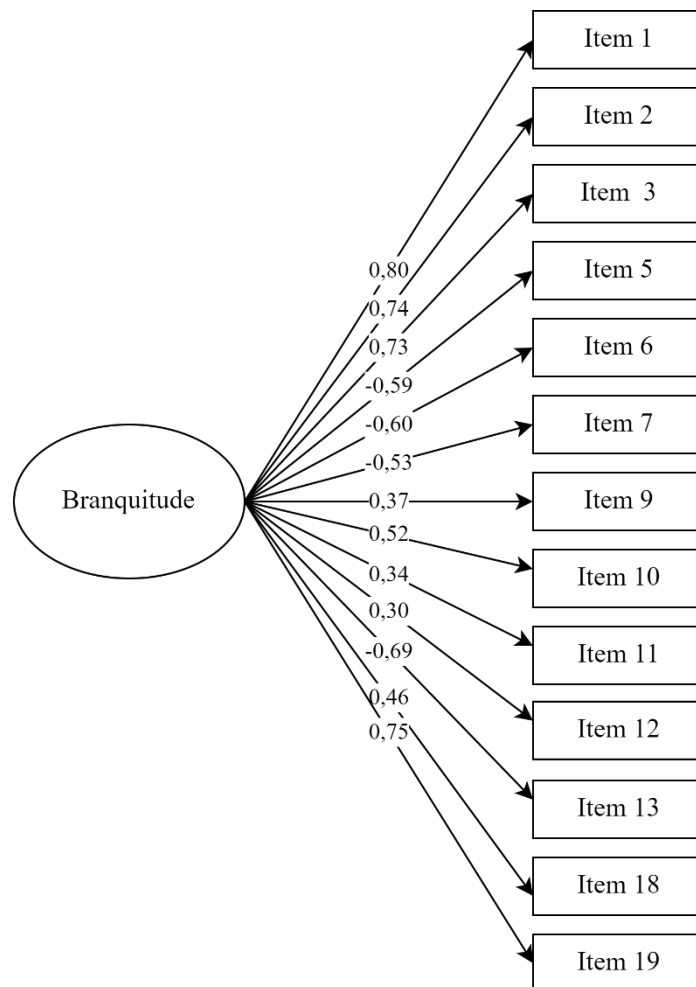


Figura 3: Estrutura fatorial por meio da AFC

Validade Convergente-discriminante

Tabela 5

Estatísticas descritivas e Correlações entre os fatores da branquitude e construtos relacionados

	M (DP)	1	2	3
1. Branquitude	2,01 (0,74)	1		
2. Dominância Social	1,51 (0,56)	0,34**	1	
3. Racismo	1,86 (0,97)	0,84**	0,39**	1

Nota: ** ($p < 0,001$)

As correlações obtidas foram significativas e com magnitudes baixas e altas. O fator geral da branquitude se correlacionou positivamente com a orientação para a dominância social ($r = 0,34$ $p < 0,001$) e com o racismo revitimizador ($r = 0,84$; $p < 0,001$). Ou seja, há evidências de validade convergente para os escores da escala de branquitude, pois quanto maior os escores de branquitude, maiores os níveis de dominância social e racismo.

Resultado que está em conformidade com a literatura, pois segundo Sidanius e Roso (2019) a Escala de Orientação à Dominância Social, visa estudar o preconceito e sua interseção com os aspectos individuais, cognitivos, e da personalidade. No sentido de descrever e distinguir as pessoas que desejam ver relações hierárquicas de grupo versus relações de grupo igualitárias. De acordo com a Teoria da Dominância Social, todas as sociedades tendem a se estruturar em sistemas de hierarquia sociais baseadas em grupos, nos quais um pequeno número de grupos hegemônicos detém o poder em relação a um ou vários grupos subordinados. A distribuição de valores materiais e simbólicos ocorre de forma desigual sendo que o grupo dominante usufrui de uma parcela desproporcional. São exemplos de conflitos de grupo: racismo, etnocentrismo, sexismo, nacionalismo, classismo, regionalismo, entre outros (Worley, 2022; Fernandes et al., 2007).

Neste sentido a Escala de Orientação à Dominância Racial se correlaciona com a Escala de Autorrelato da branquitude, pois a ideologia da supremacia branca defende que o grupo branco dispõe de características que o tornam superior aos demais grupos. A Escala de Autorrelato da branquitude também se correlaciona com a Escala de Racismo, embora sejam conceitos diferentes seguem uma linha de raciocínio que defende a hierarquia baseada nas diferenças raciais. A partir das estatísticas descritivas observou-se médias baixas nos construtos avaliados, a amostra pesquisada apresentou níveis baixos de Branquitude, Orientação à Dominância Social, e Racismo, como é possível observar a partir das médias apresentadas na tabela 5.

Tabela 6*Modelos de Regressão Linear*

	b	EP	B	t	p-valor
VD = Branquitude					
Previsoras					
Dominância Social	0,007	0,034	0,005	0,213	0,831
Racismo	0,464	0,019	0,841	33,18	0,000
R ² ajustado	0,709				

Nota: b (coeficiente não padronizado); EP (erro padrão); β (coeficiente padronizado).

Modelo de regressão linear múltipla foi implementado para explicação da branquitude. Os resultados indicaram que o racismo é um previsor significativo e positivo da branquitude, quando incluído em conjunto com a dominância social, que não foi significativa (R^2 ajustado = 0,709). Tais evidências reforçam as relações dos fatores da referida escala com os construtos dominância social e racismo.

Modelo de Equação Estrutural

Um modelo com variáveis latentes foi executado para explicação da branquitude por meio das variáveis latentes orientação para dominância social (SDO) e racismo revitimizador. O modelo apresentou os seguintes indicadores de ajuste: CFI = 0,97; TLI = 0,97; RMSEA = 0,037; IC 90% [0,034; 0,041]; SRMR = 0,085. Nesse modelo, o racismo prevê significativamente a branquitude, e o SDO prevê significativamente o racismo. A variância explicada para cada variável dependente foi alta: Branquitude (R^2 = 0,88) e Racismo (R^2 = 0,27);

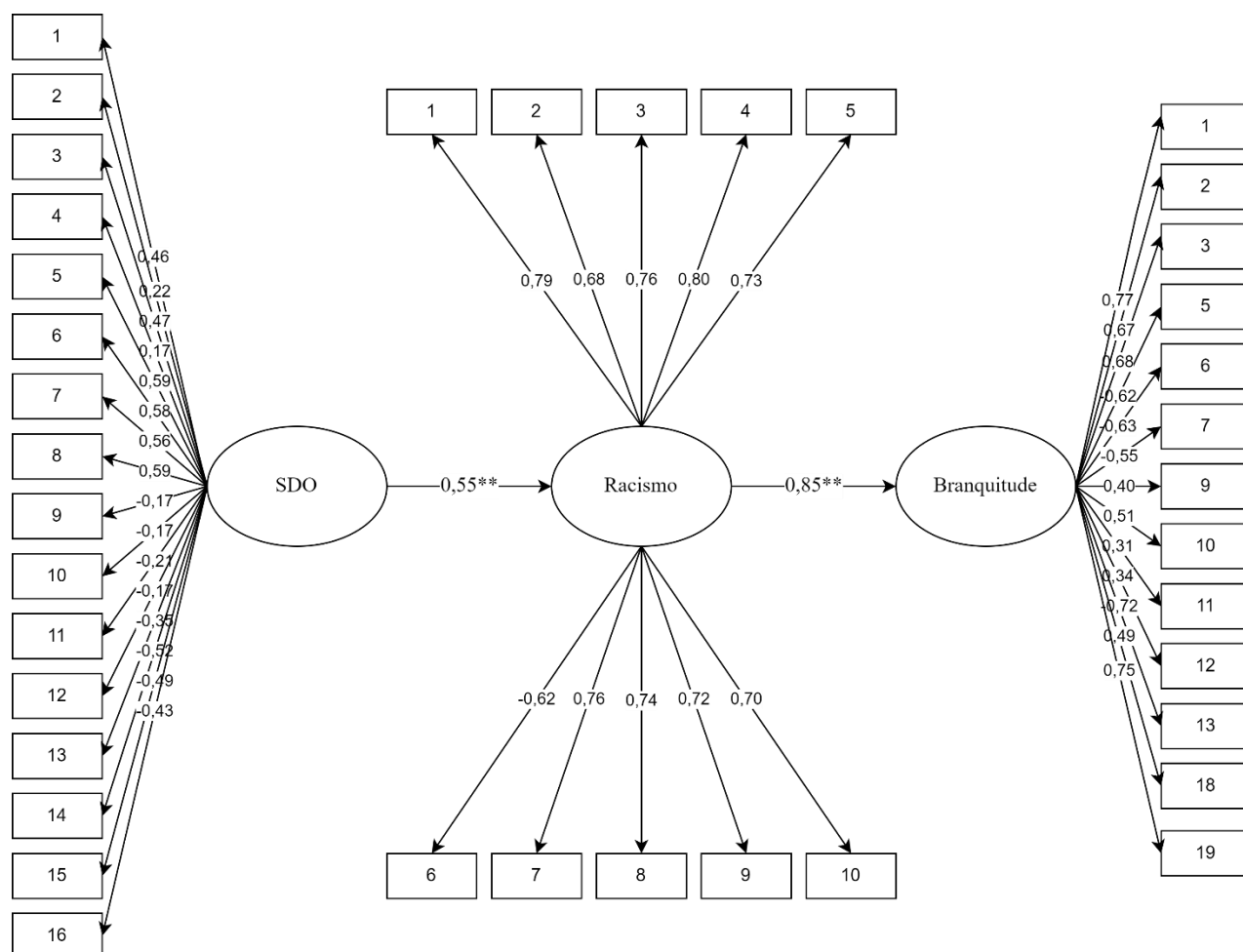


Figura 4: Modelo explicativo da branquitude

Tabela 7

Estatística Descritiva da Escala de Branquitude

Itens	Média ,(Desvio padrão)
1. No Brasil, pessoas brancas possuem privilégios apenas por serem brancas.	4,06(1,29)
2. Os brancos contribuem para a desigualdade racial no Brasil.	3,75(1,31)
3. No Brasil, pessoas brancas pobres têm privilégios quando comparadas às pessoas negras pobres.	3,82(1,39)
4. Pessoas brancas têm dificuldades em reconhecer sua cor e se declarar	1,92(1,26)

racialmente.	
5. O que chamam de “privilégio dos brancos” no Brasil é, na verdade, construído a partir do esforço dos brancos, e não de alguma vantagem já existente.	2,03(1,33)
6. Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero.	1,81(1,34)
7. Ter preferência estética por brancos em relação aos negros não tem a ver com racismo, é apenas uma questão de gosto.	2,24(1,34)
8. Pessoas brancas geralmente são mais bonitas do que as negras.	1,34(0,77)
9. Sinto-me triste quando penso sobre a história do Brasil em relação à escravização e opressão dos negros.	4,82(0,61)
10. Eu gostaria que houvesse algo que eu pudesse fazer para compensar todo o dano que a escravidão causou aos negros no Brasil.	4,43(1,00)
11. Às vezes eu me sinto incomodado por ser branco.	2,51(1,47)
12. Quando ouço uma piada com conteúdo racista, eu sinto desconforto e digo que não deve ser contada.	4,63(0,81)
13. A escravização foi algo horrível, mas as pessoas negras precisam superar e seguir em frente.	2,86(1,58)
14. É natural que os brancos tenham mais destaque na política e na mídia do que os negros.	1,48(1,03)
15. No Brasil, brancos e negros são culturalmente diferentes.	3,07(1,31)
16. Brancos e negros são moralmente diferentes.	1,33(0,77)
17. No dia a dia, não me dou conta que sou branco.	3,37(1,52)
18. Os brancos devem participar da luta antirracista	4,75(0,69)
19. O Governo do Brasil deveria compensar a população negra por todo o dano que a escravidão lhes causou.	3,91(1,35)

Para atender o terceiro objetivo desta pesquisa que é analisar os níveis de branquitude da população pesquisada. Foi realizada uma análise descritiva no SPSS as médias obtidas estão

presentes na tabela 7. Os resultados obtidos indicam um baixo nível de branquitude, pois quanto mais o valor se aproxima do número (5. concordo totalmente) nas afirmativas positivas, mais baixo é o nível de branquitude como por exemplo (1. No Brasil, pessoas brancas possuem privilégios apenas por serem brancas). E nas afirmativas negativas quanto mais próximo do valor (1. discordo totalmente) mais baixo é o nível de branquitude como por exemplo (6. Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero). É importante destacar que os níveis de branquitude terem sido baixos pode estar associado às características da amostra em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, o objetivo geral desta dissertação foi investigar as dimensões da branquitude, ou seja, traços da identidade branca. Construir e validar uma escala de autorrelato da branquitude, para se inteirar das dinâmicas da identidade branca, a fim de ampliar o debate no campo das relações raciais, contribuindo academicamente para essa temática.

Nesse sentido, foi construído um capítulo teórico para nortear a compreensão da branquitude, resgatando conceitos que explicam como a branquitude se estrutura, tais como: fragilidade branca, privilégio branco, ignorância branca e racismo no Brasil. Também foi feito um breve percurso histórico dos estudos da branquitude, para entender como os conceitos sobre essa temática foram desenvolvidos. O capítulo dois foi construído com o objetivo de compreender como a branquitude está sendo estudada no Brasil. Quais áreas de conhecimento tem se interessado em estudar a branquitude, qual a natureza dos estudos, quais teorias e perspectivas têm sido adotadas, quais resultados e principais conclusões esses trabalhos têm gerado, e quais as contribuições teóricas. Foi encontrado uma ausência de trabalhos quantitativos sobre a temática que instigou a construção dos estudos de construção e validação de uma escala de autorrelato da branquitude.

A construção dos itens da escala contou com a colaboração de uma equipe composta por seis integrantes do grupo de pesquisa (Normas Sociais, Esteriotipos, Preconceito e Racismo). Os itens foram construídos com base nos estudos críticos da branquitude, após sua construção foram enviados para juízes especialistas em temáticas dentro da área de relações raciais, eles tinham que avaliar os critérios (pertinência, compreensão e relevância), após essa avaliação alguns itens foram reformulados e outros foram retirados, em seguida foi feito o pré-teste enviado a Escala de Autorrelato da Branquitude, a Escala de Orientação à Dominância Social, a Escala de Racismo Revitimizador e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) anexados nas plataformas “Qualtrics”. No geral, os participantes afirmaram não ter dificuldade na compreensão das questões.

A terceira amostra foi por conveniência, a coleta ocorreu em dois momentos: em outubro de 2021 foram coletadas respostas de 397 participantes para a realização do estudo I Análise Fatorial Exploratória, e, em maio de 2023, respostas de 256 participantes para o estudo II Análise Confirmatória. Em uma análise dos Eixos Principais (PAF), verificou-se que os testes de Esfericidade de Bartlett significativo [$\chi^2(171) = 1503,12$; $p < 0,001$], e KMO = 0,86, sugeriram interpretabilidade da matriz de correlação dos itens. Destacou-se dois fatores como

sendo os mais representativos para os dados, mas houve uma concentração dos itens no fator 1, e baixo valor próprio no fator 2 ($\lambda = 1,22$). Procedeu-se então a uma nova AFE fixando os itens em um único fator, que explicou 25,39% da variância total dos itens. Logo, a versão unifatorial da escala ficou composta por 13 itens com cargas entre 0,347 e 0,743. Os itens positivos se referem teoricamente a branquitude crítica, enquanto os itens negativos referem-se a branquitude acrítica. A consistência interna do fator geral foi satisfatória ($\omega = 0,86$).

O estudo dois de Análise Fatorial Confirmatória teve como resultado que a estrutura unifatorial apresentou bons indicadores de ajuste: $\chi^2 = 98,19$; gl = 65; $p < 0,001$, com $\chi^2/\text{gl} = 1,38$; CFI = 0,99; TLI = 0,99; RMSEA = 0,031; IC 90% [0,017; 0,043]; SRMR = 0,068. As cargas fatoriais variaram entre 0,30 (item 12) e 0,80 (item 1). O que indica que a escala apresentou bons resultados. A consistência interna para essa subamostra foi adequada ($\omega = 0,86$).

Foi feita uma validade convergente-discriminante que teve como resultado que a branquitude se correlacionou positivamente com a escala de orientação à dominância social ($r = 0,34$ $p < 0,001$) e com o racismo revitimizador ($r = 0,84$; $p < 0,001$). Demonstrando que há evidências de validade convergente para os escores da escala de branquitude, pois quanto maior os escores de branquitude, maiores os níveis de dominância social e racismo apresentados na amostra em questão. Os resultados demonstram que a escala apresenta uma estrutura interna adequada podendo já ser aplicada.

O terceiro objetivo deste estudo era analisar os níveis de branquitude da população pesquisada. Os resultados indicaram um baixo nível de branquitude, que pode estar associado às características da amostra, pois grande parte dos participantes tem como posição política a esquerda sendo que esta se caracteriza pela defesa de uma maior igualdade social. O estudo apresenta algumas limitações, uma delas é em relação a amostra ser em sua maior parte composta pelo sexo feminino, posição política: esquerda, grau de escolaridade: ensino superior, sendo assim a amostra não foi diversificada o que consequentemente pode ter afetado nos resultados.

Destacamos a necessidade do desenvolvimento de mais estudos com abordagens quantitativas que possam representar a população nacional, realizados de forma sistemática para que possam ser replicados futuramente. E estudos que tenham um modelo interventivo, pois é necessário que temas como a branquitude possam ser difundidos que as discussões e intervenções, não circulem apenas nos espaços acadêmicos para que mais pessoas criem consciência crítica sobre esta temática.

Referências

- Almeida, S. L. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 264 p. ISBN: 978-85-98349-74-9.
https://blogs.uninassau.edu.br/sites/blogs.uninassau.edu.br/files/anexo/racismo_estrutural_feminismos_-_silvio_luiz_de_almeida.pdf
- Applebaum, B. (2008). White Privilege/White Complicity: Connecting “Benefiting From” to “Contributing To”. *Philosophy of Education* 64:292-300
<https://educationjournal.web.illinois.edu/archive/index.php/pes/article/view/1380.pdf>
- Applebaum, B. (2016). Critical Whiteness Studies. *School of Education*
<https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.5>
- Bento, M. A. S. (2002). *Pactos Narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. Tese de (Doutorado) – Curso psicologia, Universidade de São Paulo. https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf
- Bento, M. A. S. (2014a). Branqueamento e Branquitude no Brasil. In I. Carone & M. A. S. Bento (Orgs.), *Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-57). Petrópolis: Vozes.
- Bento, M. A. S (2014b). Branqueamento e branquitude no Brasil. In *Racismo Institucional: fórum de debates em educação*. Minas Gerais.
<https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/foruns/racismo-institucional/Caderno-Racismo.pdf>
- Brown, T. (2015). *Confirmatory Factor Analysis for Applied Research (2nd Ed)*. Guilford Press.
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Manizales, 8(1).
<https://revistaumanizales.cinde.org.co/rlcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/70>

- Corossacz, V. R. (2014). Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 105. <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/42348>
- Carvalho, F. N. & Schucman, L. V. (2022). A contribuição dos estudos críticos da branquitude para compreensão do preconceito racial na psicologia social. *Quaderns de Psicologia*, 24(1), e1760. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1760>
- Caldas, A. C. (2023, 08 de Abril). Vítima de racismo em supermercado, professora tira a roupa para poder fazer compras. *Brasil de fato*. <https://www.brasildefatopr.com.br/2023/04/08/vitima-de-racismo-em-supermercado-professora-tira-a-roupa-para-poder-fazer-compras>
- Diangelo, R. J (2018). *Não basta não ser racista: sejamos antirracistas*. Tradução de Marcos Marcionilo. – São Paulo; Faro Editorial.
- Eurico, M.; Gonçalves, R.; & Fornazier, T. (2021). Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 140, p. 84-100. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.239>
- França, D. X. & Monteiro, M. B. (2002). Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de cinco a dez anos. *Psicologia*, 16(2), 293-323. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v16i2.482>
- França, D. X. (2017). Discriminação de crianças negras na escola. *Revista Interacções*. NO. 45, PP. 151-171 <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/9476>
- França, D. X. (2018). Discriminação de crianças negras na escola. *Revista Interacções*, 13(45). <https://doi.org/10.25755/int.9476>
- Fernandes, S., Da Costa, J., Camino, L., & Mendoza, R. (2007). Valores psicossociais e orientação à dominância social: Um estudo acerca do preconceito. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 490–498. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300017>

- Fernandes, F. (1972). *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- Ferreira, F. P. M & Santos, L. S (Orgs.).(2018). Racismo e cultura. *Revista Convergência Crítica. Dossiê: questão ambiental na atualidade n. 13*. ISSN 2238-9288
- Filho, P. (2005). Miscigenação versus bipolaridade racial: contradições e consequências opressivas do discurso nacional sobre raças. *Estudos de Psicologia*, 10(2), 247-253. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2005000200012>
- Frankenberg, R. (1999). *White women, race matters: the social construction of whiteness*. USA: University of Minnesota.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, p. 194.
- Grzanka, P. R., & Frantell, F. (2019). *The White Racial Affect Scale (WRAS): A Measure of White Guilt, Shame, and Negation*. The Counseling Psychologist. <https://doi.org/10.1177/0011000019878808>
- Guimarães, A. S. A. (1995). Racismo e anti-racismo no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP* N.º 43, pp. 26-44. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2128310/mod_resource/content/1/ASG_racismo_e_anti_racismo_NE%2043_1995.pdf
- Guimarães, A. S. A. (2006). Depois da democracia racial. *Tempo Social*, 18(2), 269-287. Portal de revistas da USP. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702006000200014>
- Hirano, L.F.K. (2013). O imaginário da branquitude à luz da trajetória de grande Otelo: raça, persona e estereótipo em sua performance artística. *Afro-Ásia*, 48, 77-125 <https://www.scielo.br/j/afro/a/jQnGgnGMq5VcB4tK4NBgPNx/abstract/?lang=pt>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022. *Agência IBGE Notícias*. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102004>

- Jesus, J.S.; & Oliveira, R.M.S. (2020). Europeus e norte-americanos no litoral Sul da Bahia: branquitude e novas colonizações no paraíso tropical?. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade*. ISSN: 2525-4715 – Volume 5, número 10. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/7471>
- Kaufman. C, (2001). A user's guide to white privilege. *Radical Philosophy Review* · January.https://www.researchgate.net/publication/272673399_A_User's_Guide_to_White_Privilege
- Lima, M. E. O., & Vala, J. (2004a). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 2004, 9(3), 401-411. <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2004000300002>
- Lima, M. E. O, J. (2004b). A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil. *Psicologia USP*, v. 16, n. 3, p.143-165. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v16n3/v16n3a08.pdf>
- Lima, M. E. O. (2020). *Psicologia social do preconceito e do racismo*. São Paulo: Blucher Open Access, 2020. 142p.
- Lima, M. E. O., Barbosa, I. H. A., Araújo, E. M. S., & Almeida, J. N. (2020). Construção e validação da escala de racismo revitimizador. *Estudos interdisciplinares em psicologia*. Londrina, v. 11, n. 2, p. 111-130. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n2p130>
- Lopes, J. S. (2014). Branco(a)-mestiço(a): problematizações sobre a construção de uma localização racial intermediária. *Revista da ABPN*, v. 6, n. 13, p. 47-73. <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/150>
- Memmi, A. (2007). *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 1º ed. Rio de Janeiro: editora civilização brasileira, p. 192.
- McIntosh, P. (1988). *White privilege and male privilege: A Personal Account of Coming to See Correspondences Through Work in Women's Studies*.

<https://www.collegeart.org/pdf/diversity/white-privilege-and-male-privilege.pdf>

- Mills, C. W. (2018). Ignorância branca. Tradução de Breno Ricardo Guimarães Santos. Griot : *Revista de Filosofia*, Amargosa/Bahia, v.17, n.1, p.413-438. <https://doi.org/10.31977/grirfi.v17i1.785>
- Mayo, C. (2004). Certain Privilege: Rethinking White Agency. *Philosophy of Education* 60:308-316. <https://philpapers.org/rec/MAYCPR-3>
- Martins, A. L. B. (2019). *Branquitude e educação : um estudo entre professoras da rede municipal carioca* / orientadora: Maria Helena Rodrigues Navas Zamora. Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia.
- Moore, C. (2007). *Racismo e sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- Munanga, K. (2003). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*. Niterói: EDUFF. <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>
- Nunes, A. V. L & Camino, L. (2011). Atitude políticoideológica e inserção social: fatores psicossociais do preconceito racial? *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 135-143. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/YrCwXMjd3HQN5DWT7qBDjMJ/?lang=pt&format=pdf>
- Nery, N. (2023, 27 de julho). O Assunto #1.012: Racismo no Brasil – e educação antirracista. *G1 o Globo*. <https://g1.globo.com/google/amp/podcast/o-assunto/noticia/2023/07/27/o-assunto-1012-racismo-no-brasil-e-educacao-antirracista.ghtml>
- Oliveira, D.; & Resende, V. M. (2020). Branquitude, discurso e representação de mulheres negras no ambiente acadêmico da UFBA. *Revista de Estudos do Discurso*. Bakhtiniana, São Paulo, 15 (4): 149-171. <https://doi.org/10.1590/2176-457347682>

- Ortiz-Piedrahíta, V. (2020). Subjetivación de la blanquitud por jóvenes universitarios: un estudio comparativo. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 18(1), 1-24. <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1099174>
- Piza, E. (2000). Branco no Brasil? Ninguém sabe, ninguém viu. In: Huntley, L. W. & Guimarães, A. S. A. (Orgs.) *Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil*, (pp. 97-125). São Paulo: Paz e Terra.
- Piza, E. (2014). Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: CARONE, I. & BENTO, M.A.S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo: Estudo sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. 6. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ramos, A. G. (1995/1957). *Patologia social do “branco” brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.
- Roediger, D. R. (1991). *The Wages of Whiteness Race and the Making of the American Working Class*. New York and London: Verso
- Santiago, F. (2019). Branquitude e creche: inquietações de um pesquisador branco. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, v. 35, n. 76, p. 305-330, jul./ago. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.66099>
- Santos, A. O., Shucman, L.V., & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Revista Psicol. cienc. prof.* [online], v.32, n.spe, p.166-175. <https://www.scielo.br/j/pcp/a/TtJZrnNBHT88ShMQTLt5wYg/?format=pdf&lang=pt>
- Santos, E. V.; & Lima, M. E. O. (2019). Cor da pele e representações sociais da beleza e da feiura no Brasil. In André Faro, Marcos E. O. Lima, Dalila X. França, Sonia R. F. Enumo & Cícero R. Pereira (Orgs.) *Psicologia social & Psicologia da saúde: Tópicos atuais* (pp. 81-98). Editora CRV.
- Silva, J. A.; Costa, R. C. S.; Lima-Nunes, A. & França, D. X. (2021). O efeito da cor de pele

na construção da identidade racial em crianças. *Quaderns de Psicologia*. Vol. 23, Nro. 3, e1777 <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1777>

Silva, R. P. A., de Macêdo, L. C. B., & Silva, I. L. R. (2013). Avaliação das características psicométricas dos questionários utilizados nos periódicos da área contábil: um estudo longitudinal compreendido no período 2003-2012. *Anais Do Congresso Brasileiro De Custos – ABC*. <https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/124>

Silva, F. C. (2012). Descolonização e desalienação do homem de cor. *REALIS*. Vol. 2, Nº 01. ISSN 2179-7501 <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/8761>

Shucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & sociedade*. v.26 n.1, p.83-94. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>

Shucman, L. V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. 2ª. Edição.

Serra, L. N.; Shucman, L. V. (2012). Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 288-311. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000100017

Souza, E. Q.; Dinis, N. F. (2018). Imagem, branqueamento e branquitude nas escolas de educação infantil. *Revista Binacional Brasil Argentina* ISSN 2316-1205 Vitória da Conquista V.7 nº 1 p. 278-301. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/rbba/article/view/4072>

Sovik, L. (2009). *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro. Aeroplano, 176 p.

Sidanius, J. H. (entrevistado), & Roso, A. (entrevistadora). Teoria da dominância social: apresentando professor Jim Sidanius à comunidade brasileira de psicologia social. *Psicologia & Sociedade*. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2020v32224657>

- Twine, F. W. & Gallagher, C. (2008). The future of whiteness: A map of the 'third wave'. *Ethnic and Racial Studies*, 31:1, 4-24. <https://doi.org/10.1080/01419870701538836>
- Worley, R. (2022). Sidanius e Pratto Dominância Social 1999. Universidade Johns Hopkins. DOI:10.13140/RG.2.2.20242.53440
- Zubaran, M. A.; & Cruz, J. M. F. (2020). Curtas metragens e narrativas docentes: problematizando diferença racial e branquitude. *Acta Sci. Educ.*, v. 42, e41846. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/41846>

ANEXO I – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ESTUDO DE VALIDAÇÃO DA ESCALA SOBRE BRANQUIRUDE

Pesquisador: Rita de Cassia de Jesus Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 57777422.4.0000.5546

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.581.607

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo "Informações Básicas da Pesquisa" (PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO _1860194.pd)

A branquitude é uma categoria indenitária carregada de características particulares. Um destes traços é o silêncio em torno dessa identidade, pouco se fala sobre quem são os brancos e o que representa ser branco no Brasil, outra questão é a não identificação do branco como indivíduo racializado, pois a ideia de raça está sempre ligada ao grupo negro, os discursos sobre a branquitude colaboram para o não reconhecimento de que os brancos detêm o poder social, por meio dessas e de outras engrenagens o branco obtém privilégios simbólicos e materiais. A branquitude é entendida como uma posição em que os sujeitos que ocupam esta posição foram sistematicamente privilegiados no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e simbólicos, gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que se mantêm e são preservados na contemporaneidade. (SCHUCMAN, 2014, p. 84) Os poucos debates em torno da identidade racial branca, tornam essa temática um campo ainda mais necessário de ser explorado. A construção da identidade branca em uma sociedade estruturada pelo racismo faz com que as emoções contribuam na modulação dos branquitude, investigando aspectos cognitivos e emocionais relacionados a branquitude, visando contribuir academicamente e politicamente nessa

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)3194-7208

CEP: 49.060-110

E-mail: cep@academico.ufs.br



Continuação do Parecer: 5.581.607

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 15 de Agosto de 2022

Assinado por:
FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

UF: SE

Telefone: (79)3194-7208

Município: ARACAJU

CEP: 49.060-110

E-mail: cep@academico.ufs.br

APÊNDICE A – ESTUDO - TCLE**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP PROGRAMA
DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA (PPGPSI)****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

ESTUDO DE VALIDAÇÃO DA ESCALA SOBRE BRANQUITUDE.

Prezado (a) participante,

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa online, essa será uma das etapas de validação de um instrumento que tem como objetivo mensurar experiência cognitivas e emocionais. O público alvo dessa pesquisa são brasileiros, com idade igual ou maior de que 18 anos. Este trabalho está sendo desenvolvido por mim, Rita de Cassia de Jesus Oliveira, estudante de mestrado em Psicologia, e orientada pelo Prof. Dr. Marcus Eugênio Oliveira Lima, ambos da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Os dados serão coletados por meio de um questionário online na plataforma “Qualtrics”; a participação é voluntária, você irá contribuir respondendo as afirmativas de acordo com sua percepção. A pesquisa é sigilosa e sua privacidade será mantida. A meta final da pesquisa é voltada para publicação científica e criação de projetos de intervenção em saúde.

É importante que você saiba:

- A sua participação é de caráter voluntário, enquanto você estiver respondendo a pesquisa pode desistir de participar, não havendo problemas quanto a isso, basta apenas fechar a aba de navegação que foi aberta no seu celular ou computador, mas após o envio das respostas não é possível retirar-se da pesquisa. No formulário não tem perguntas com respostas obrigatórias, o que possibilita que caso você não se sinta confortável em responder aquela questão pode pular para a próxima.
- Não é necessário se identificar, garantimos o sigilo e privacidade dos participantes durante todas as fases da pesquisa, não utilizando os nomes verdadeiros substituindo-os por números ou nomes fictícios; que serão utilizados somente para a análise de dados; que serão tratados de forma confidencial, colhidos e armazenados em plataformas protegidas por senhas.

- Os procedimentos utilizados nesta pesquisa seguem as normas estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Ponderamos que toda pesquisa implica em riscos e benefícios, como define essa resolução, o nosso compromisso é com o máximo de benefícios e o mínimo de danos e riscos. Esta pesquisa pode apresentar o risco mínimo de desconforto emocional, intimidação e constrangimento aos participantes no contato com os instrumentos de coleta de dados. Para minimizar este risco, esclarecemos que a coleta de dados poderá ser interrompida a qualquer momento e será disponibilizado suporte por meio de técnicas psicológicas, garantido por parte da pesquisadora o acolhimento das demandas que forem levantadas, basta entrar em contato por meio do telefone e e-mail presentes no final da última página.
- A pesquisa em questão não apresenta custos aos participantes devido ao seu caráter online, logo não é possível ressarcimento. Caso ocorra algum dano decorrente da participação neste estudo, você tem o direito de buscar indenização através de vias judiciais, conforme determina a lei.
- Esta pesquisa não trará nenhum benefício financeiro ou privilégios particulares por estar participando. Todavia, almejamos que a mesma traga o benefício direto ao participante de uma auto-avaliação das suas emoções e percepções, e como benefício indireto contribuição para o aprimoramento científico e formação acadêmica, suscitando novas perspectivas e práticas de condutas humanitárias pensadas pela psicologia social;
- Você poderá fazer o download da sua via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido contendo a assinatura do pesquisador responsável nas duas laudas, fazendo o salvamento da página inicial desta coleta, utilizando as teclas CTRL+P e selecionando a opção “Salvar como PDF” no quadrante destino, ou solicitar sua via, por meio do e-mail descrito no próximo tópico, garantindo o sigilo dos dados do seu e-mail.
- Qualquer esclarecimento ou informação adicional pode ser obtido pelo telefone (75) 9 9951-8673 ou pelo e-mail rita_cassia@academico.ufs.br com a pesquisadora responsável;
- Se você tiver alguma consideração ou questionamento sobre sua participação na pesquisa entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFS – Rua Cláudio Batista,

s/nº, Bairro Sanatório – Aracaju-SE, pelo telefone: (79) 3194-7208 ou pelo e-mail; cephu@ufs.br. O CEP/UFS é a instância da Universidade Federal de Sergipe responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Obrigada por sua participação.

Rita de Cassia de Jesus Oliveira

Pesquisador

Participante da pesquisa

APÊNDICE B – ESCALA DE BRANQUITUDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

GRUPO DE PESQUISA NORMAS SOCIAIS, ESTEREÓTIPOS, PRECONCEITO E
RACISMO

Apresentação: Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa online, essa será uma das etapas da validação de um instrumento que tem como objetivo mensurar experiências cognitivas. O público alvo dessa pesquisa são **brasileiros**, com idade **igual ou maior que 18 anos, autodeclarados como brancos**. A participação é voluntária e os dados serão tratados de forma confidencial, colhidos e armazenados em plataformas protegidas por senhas. Não serão fornecidos nomes ou dados de identificação dos participantes, as informações coletadas irão ser utilizadas para fins acadêmicos. Caso você desista da participação nesta pesquisa ou tenha dúvidas, enviar um e-mail para a investigadora rita_cassia@academico.ufs.br.

Por favor, indique o seu nível de concordância para cada declaração apresentada abaixo, indicando a alternativa à sua resposta.	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo
1. No Brasil, pessoas brancas possuem privilégios apenas por serem brancas.	①	②	③	④	⑤
2. Os brancos contribuem para a desigualdade racial no Brasil.	①	②	③	④	⑤
3. No Brasil, pessoas brancas pobres têm privilégios quando comparadas às pessoas negras pobres.	①	②	③	④	⑤
4. Pessoas brancas tem dificuldades em reconhecer sua cor e se declarar racialmente.	①	②	③	④	⑤
5. Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero.	①	②	③	④	⑤
6. Ter preferência estética por brancos em relação aos negros não tem a ver com racismo, é apenas uma questão de gosto.	①	②	③	④	⑤
7. Pessoas brancas geralmente são mais bonitas do que as negras.	①	②	③	④	⑤
8. Sinto-me triste quando penso sobre a história do Brasil em relação à escravidão e opressão dos negros.	①	②	③	④	⑤
9. Eu gostaria que houvesse algo que eu pudesse fazer para compensar todo o dano que a escravidão causou aos negros no Brasil.	①	②	③	④	⑤
10. Às vezes eu me sinto incomodado por ser branco.	①	②	③	④	⑤
11. Quando ouço uma piada com conteúdo racista, eu sinto desconforto e digo que não deve ser contada.	①	②	③	④	⑤
12. A escravidão foi algo horrível, mas as pessoas negras precisam superar e seguir em frente.	①	②	③	④	⑤
13. É natural que os brancos tenham mais destaque na política e na mídia do que os negros.	①	②	③	④	⑤
14. No Brasil, brancos e negros são culturalmente diferentes.	①	②	③	④	⑤
15. Brancos e negros são moralmente diferentes.	①	②	③	④	⑤
16. No dia a dia, não me dou conta que sou branco.	①	②	③	④	⑤
17. Os brancos devem participar da luta antirracista.	①	②	③	④	⑤
18. O Governo do Brasil deveria compensar a população negra por todo o dano que a escravidão lhes causou.	①	②	③	④	⑤

APÊNDICE C – A ESCALA DE ORIENTAÇÃO À DOMINÂNCIA SOCIAL.
(FERNANDES ET AL., 2007)

Agora você irá avaliar itens que tratam de suas opiniões sobre as relações grupais. Por favor, indique o seu nível de concordância para cada declaração apresentada abaixo, indicando a alternativa que corresponde à sua resposta.	Discordo totalmente	Discordo muito	Discordo	Não concordo ou discordo	Concordo	Concordo muito	Concordo totalmente
1. Alguns grupos têm, simplesmente, mais valor do que outros.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
2. Para fazer o que o meu grupo quer, às vezes é necessário usar a força contra outros grupos.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
3. Os grupos superiores devem dominar os grupos inferiores.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
4. Para progredir na vida, às vezes, é necessário pisar os outros grupos.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
5. Se certos grupos permanecessem em seu devido lugar, teríamos menos problemas.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
6. Provavelmente é bom que alguns grupos fiquem em cima e outros em baixo.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
7. Os grupos inferiores devem permanecer em seu lugar.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
8. Em certas ocasiões outros grupos devem ser mantidos em seu lugar.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
9. Seria bom que todos os grupos pudessem ser iguais.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
10. A igualdade entre os grupos deve ser o nosso ideal.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
11. Todos os grupos devem ter as mesmas oportunidades na vida.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
12. Teríamos menos problemas se tratássemos os grupos diferentes de forma igualitária.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
13. Deveríamos aumentar a igualdade social.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
14. Devemos fazer o que for possível para igualar as condições dos distintos grupos sociais.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
15. Devemo-nos esforçar para tornar a renda das famílias brasileiras mais iguais.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦
16. Nenhum grupo deve dominar na sociedade.	①	②	③	④	⑤	⑥	⑦

APÊNDICE D – ESCALA DE RACISMO REVITIMIZADOR (ERR) (LIMA ET AL.,2020).

Agora você irá avaliar de acordo com sua opinião itens sobre relações raciais. Por favor, indique o seu nível de concordância para cada declaração apresentada abaixo, indicando a alternativa que corresponde à sua resposta.	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Nem concordo nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo
1. As pessoas discutem o racismo mais do que deveriam.	①	②	③	④	⑤
2. No Brasil, com as políticas de ação afirmativa, os negros têm mais privilégios que os brancos.	①	②	③	④	⑤
3. O que chamam de “privilégio dos brancos” é, na verdade, construído a partir do esforço das pessoas, e não uma vantagem já existente.	①	②	③	④	⑤
4. Independentemente da cor da pele, todos têm as mesmas oportunidades na vida desde que se esforcem.	①	②	③	④	⑤
5. O racismo não deveria ser usado como justificativa para não atingir objetivos pessoais.	①	②	③	④	⑤
6. Em geral, no Brasil, os brancos têm mais direitos do que os negros.	①	②	③	④	⑤
7. O racismo só existe na cabeça das pessoas que se dizem vítimas dele.	①	②	③	④	⑤
8. Se os negros tivessem mais força de vontade, conseguiriam ascender socialmente tanto quanto os brancos.	①	②	③	④	⑤
9. Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero.	①	②	③	④	⑤
10. O racismo só se sustenta quando encontra aceitação dos que se dizem discriminados.	①	②	③	④	⑤

APÊNDICE E – QUESTIONÁRIOS SOCIODEMOGRÁFICO**Você se identifica como:**

- ☐ Branco
- ☐ Amarelo
- ☐ Pardo
- ☐ Afro-indígena
- ☐ Indígena
- ☐ Negro

Qual a sua idade?

Qual o seu nível de escolaridade?

- ☐ Ensino fundamental incompleto
- ☐ Ensino fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino superior incompleto
- ☐ Ensino superior completo
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado

Qual seu gênero

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino
- ☐ Não binário/ terceiro gênero

Em qual estado reside?

Em qual cidade reside?

Renda familiar aproximada:

- ☐ Menos de um salário mínimo
- ☐ de 1,1 a 2 salários mínimos
- ☐ de 2,1 a 3 salários mínimos
- ☐ de 3,1 a 4 salários mínimos
- ☐ de 4,1 a 5 salários mínimos
- ☐ mais de 5 salários mínimo

Sua Posição política

- ☐ Esquerda
- ☐ Extrema esquerda
- ☐ Centro Esquerda
- ☐ Centro
- ☐ Centro Direita
- ☐ Direita
- ☐ Extrema Direita

APÊNDICE F – ITENS INICIAS DA ESCALA

1.Os brancos percebem a si mesmos do ponto de vista étnico racial.
2.Pessoas brancas tem dificuldades em se reconhecer e se declarar racialmente.
3.Pessoas brancas não têm raça.
4.No dia a dia, não me dou conta que sou branco.
5.No Brasil, pessoas brancas possuem privilégios apenas por serem brancas.
6.No dia a dia, pessoas brancas são favorecidas por serem brancas.
7.Os brancos contribuem para a desigualdade racial.
8.Pessoas brancas pobres têm privilégios quando comparadas às pessoas negras pobres.
9.A cor da pele branca pode favorecer de alguma forma ascensão social ou econômica de uma pessoa.
10.O que chamam de “privilégio dos brancos” é, na verdade, construído a partir do esforço das pessoas, e não de alguma vantagem já existente.
11.Em geral, no Brasil, os brancos têm mais direitos do que os negros.
12.Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero.
13.As diferenças entre brancos e negros no Brasil é uma questão de classe social e não de raça.
14.Ter preferência estética por brancos em relação aos negros não tem a ver com racismo, é apenas uma questão de gosto.
15.De forma geral, negros e brancos possuem tradições e valores diferentes.
16.Sinto-me triste sobre a história do racismo no Brasil.
17.Eu gostaria que houvesse algo que eu, pessoalmente, pudesse fazer para compensar todo o dano que a escravidão causou aos negros no Brasil.
18. Eu acho que o Governo do Brasil deveria compensar a população negra por todo o dano que a escravidão lhes causou.
19.A escravidão foi horrível, mas as pessoas precisam superar isso e seguir em frente.
20.Às vezes eu me sinto incomodado por ser Branco.
21.Quando ouço uma piada com conteúdo racista, eu me sinto incomodado e digo que não deve ser contada.
22.Pessoas brancas geralmente são mais bonitas do que as negras.
23.No Brasil, as pessoas brancas deveriam ser ainda mais bem-sucedidas do que as negras.
24.Os brancos devem ter mais destaque na política e na mídia do que os negros.

25.Os brancos devem ocupar mais espaços sociais do que os negros no Brasil (nas universidades, lideranças da sociedade, e cargos civil importantes, etc.)
26.Brancos são fisicamente diferentes dos negros.
27.Brancos e negros são culturalmente diferentes.
28.Brancos e negros são moralmente diferentes.
29.Pessoas brancas devem participar da luta antirracista.